



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL APLICADO

*Aline de Moraes Siliprandi*

**IDENTIDADE FEMININA E RELIGIÃO**  
**A PARTIR DE MULHERES JOVENS DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de Graduação,  
Escola de Serviço Social da Universidade  
federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores  
Campos Machado.

RIO DE JANEIRO  
2006

**AGRADECIMENTOS:**

**Agradeço a Deus**, por ter se mostrado presente em todos os momentos de minha vida, por me confortar e revigorar.

**Aos meus pais**, por estarem ao meu lado apesar de todos os problemas e dificuldades por que passamos.

**Aos meus irmãos**, que a todo tempo me ensinam, mostrando o quanto eu preciso aprender e crescer.

**À minha família**, que tanto me apoiou e, mesmo sem saber, se tornou o motivo para que eu persista em meus objetivos.

**À minhas amigas** e companheiras neste trajeto, Adriana, Mariana e Paula, por terem feito da universidade, também, uma lição de vida. Por terem suportado e acompanhado a cada passo dado, transformando as dificuldades em mais um obstáculo vencido.

**Aos meus amigos** (em especial Cláudia, Humberto e Angélica) por terem acreditado em mim, por me ouvir e compreender, pelas palavras de apoio e conselhos.

**À minha orientadora**, pela paciência e dedicação, pelo aprendizado que me proporcionou e por ter tido papel fundamental na minha formação.

**Às colegas de turma** (em especial, Monique, Kelly, Jacqueline e Aline) e **às bolsistas** da pesquisa da qual fiz parte, por terem participado de meus momentos na Universidade tornando-os inesquecíveis.



**RESUMO:**

Trata-se de um estudo sobre a identidade feminina e religião a partir do olhar de mulheres jovens provenientes das camadas populares do estado do Rio de Janeiro. Objetivou-se verificar a importância do engajamento religioso e analisar a relação dos valores que adquire através deste, com os processos sociais em curso na sociedade brasileira, principalmente no que se refere à perspectiva de gênero.

Deste modo, foram coletados relatos de vinte mulheres na faixa-etária de 17 a 29 anos que integram essas famílias. Tais discursos originaram-se de entrevistas semi-estruturadas e seguem uma perspectiva qualitativa. Na entrevista foram abordados temas centrais que envolviam o cotidiano das jovens: família, religião, sexualidade e política.

A análise dos dados permitiu algumas interpretações sobre os discursos dessas jovens e suas realidades. Foi observado que estas se encontram em processo de mobilidade social em relação às mães, o que poderia significar maior autonomia. Entretanto, concomitante a esta autonomia percebeu-se a influência significativa da família no engajamento religioso, na transmissão de valores, principalmente da mãe, ratificando estudos atuais sobre religião.

Foi possível notar, ainda, exemplos das tendências do campo religioso atual, como a dificuldade das famílias católicas em manter seus filhos na denominação em favor da migração do catolicismo para as denominações evangélicas. Além disso, houve diferenças nas formas de participação religiosa entre as jovens católicas e as evangélicas, já que, estas se mostravam estreitamente vinculadas à instituição o que não ocorreu entre as primeiras.

Finalmente, percebeu-se que a influência de perspectivas seculares no posicionamento das entrevistadas em relação às normas religiosas, ocorre de formas distintas em relação as jovens católicas e evangélicas. Isso se deve em parte, as conquistas dos movimentos de mulheres na sociedade brasileira, mas também a maior circulação de jovens em redes sociais ou espaços de interação social onde estas conquistas se fizeram mais expressivas, bem como, a estratégia evangélica de alinhar-se às mudanças da sociedade .

## **SUMÁRIO:**

### **1 – INTRODUÇÃO**

### **2 – RELIGIÃO, GÊNERO E JUVENTUDE.**

#### **2.1 – Identidade feminina e religião**

#### **2.2 – Campo religioso brasileiro**

#### **2.3 – Juventude e religião**

### **3 – SOCIALIZAÇÃO RELIGIOSA DAS JOVENS**

#### **3.1 – Percurso metodológico**

#### **3.2 – Perfil das entrevistadas**

#### **3.3 – Trajetória religiosa e familiar**

#### **3.4 – Moral Sexual**

### **4 – REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO**

#### **4.1 – O Mundo Privado e a Divisão Sexual do Trabalho**

#### **4.2 – Formas de Sociabilidade**

#### **4.3 – A Mulher na Igreja**

#### **4.4 – Percepção da Política**

### **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## 1 – INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu a partir da minha inserção na equipe de pesquisa do projeto “*Religião, política e identidade feminina: A transmissão intergeracional de valores nas camadas populares do Rio de Janeiro*”<sup>1</sup>, que através de relatos de três gerações de diferentes famílias, visa observar a passagem de valores religiosos, políticos e familiares, assim como, analisar de que forma a conduta dessas mulheres está sendo influenciada pela pluralização religiosa da sociedade e a maior participação feminina no mercado de trabalho.

Diante das mudanças assinaladas acima, optou-se por um recorte que privilegie a geração das mulheres jovens, a fim de verificar até que ponto tais tendências estão se apresentando nestes grupos. A princípio, objetivou-se averiguar sobre o ideário de que os jovens são mais propensos a se adequar às mudanças da sociedade, sendo propagadores e geradores das mesmas. Entretanto, um ponto que chamou a atenção foi como ocorreria este protagonismo juvenil entre as mulheres jovens, provenientes de classes populares. Uma vez que, são duplamente destituídas dos recursos que permitem tais mudanças, bem como, de visibilidade social.

A literatura especializada aponta para a permanência do papel atribuído à mulher na transmissão de valores religiosos e na educação dos filhos. Desta forma, considerou-se interessante examinar se entre as jovens provenientes de classes populares este padrão de engajamento se perpetua ou se há um distanciamento através de outras vias. Ou seja, observar se esta geração questiona os valores que lhes são transmitidos em favor daqueles difundidos pela sociedade mais ampla, ou se prevalecem os valores referentes à classe e ao gênero que lhes são imputados. Para melhor entender este aspecto, houve uma preocupação não só com o discurso, mas também com suas práticas tanto no que se refere às atividades de cunho religioso, quanto às relações nas esferas privada e pública.

Nesse sentido, foram analisadas mulheres procedentes de segmentos sociais populares e dentro da faixa etária entre dezessete e vinte e nove anos, tendo por objetivo entender o grau de alinhamento dessas jovens aos valores religiosos e a possibilidade de ruptura com os mesmos, em favor de concepções feministas e seculares. Além disso, foi considerado que as jovens, possivelmente, são mais suscetíveis às mudanças em curso em relação à maioria das mulheres. De tal modo, partiu-se da hipótese de que essa suscetibilidade estaria vinculada à

---

<sup>1</sup> O projeto tem como sede a Escola de Serviço Social/UFRJ, é coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado e é financiado pelo CNPq.

consolidação na sociedade de alguns direitos e valores preconizados pelo movimento feminista, principalmente, o acesso da mulher ao mercado de trabalho.

O aumento do nível de escolaridade em relação à mãe e o maior acesso a informações provenientes de meios seculares, poderia intensificar o descompasso entre os valores familiares e a conduta dessas jovens, principalmente por se tratar de jovens das classes populares. Em que pese que nos segmentos pobres há uma inclinação maior à reprodução do padrão hegemônico de gênero.

Neste contexto, a passagem de valores religiosos também sofreria mudanças, visto que, diante da adoção de novas condutas as mulheres jovens apresentariam uma descontinuidade entre a sua afiliação religiosa e a de sua mãe, assim como, adotariam novas formas de participação na comunidade e de viver a experiência religiosa. Isto estaria em consonância com o processo de pluralização e individualização da religião em curso no Brasil, que se expressa na multiplicação de igrejas pentecostais, no crescimento de pessoas que se denominam sem religião e no aumento das práticas sincréticas.

A partir do que foi apresentado acima, no segundo capítulo se fez pertinente discutir brevemente sobre o modelo de identidade feminina preconizado pela sociedade, mais especificamente, sobre a relação da mulher com os âmbitos privado e público que lhe impõe o cuidado com a família e com a educação dos filhos. Além disso, considerou-se o impacto das mudanças sociais neste padrão, bem como, em suas formas de engajamento religioso. Isto porque, as mulheres de camadas populares tendem a buscar na religião as explicações para sua realidade objetiva e através dela redefinir seu comportamento sem negar os valores que lhes foram transmitidos. Portanto, se fez necessário discutir as mudanças referentes à religião no país, considerando importante conhecer os atores sociais que permeiam tais transformações. A discussão sobre o impacto dessas mudanças no segmento jovem, ocorreu ressaltando as concepções de juventude e suas experiências específicas.

O terceiro capítulo foi destinado ao percurso metodológico, onde estão descritos os procedimentos utilizados para o desenvolvimento do estudo e à apresentação do perfil das jovens entrevistadas. A perspectiva adotada foi qualitativa, sendo utilizado como instrumento a entrevista semi-estruturada, com base em roteiro, cujos temas centrais foram: família, religião, sexualidade e política. O acesso às jovens se deu através da pesquisa de origem. Deste modo, as entrevistadas eram oriundas de famílias de camadas populares as quais as mães eram católicas ou evangélicas. Para traçar o perfil dessas jovens, foram considerados a



dimensão etária, estado civil, nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Ainda neste capítulo, foram analisadas as trajetórias familiar e religiosa das jovens. Para tanto, foram mapeadas as pertencas religiosas, comparando-as com a dos pais. Assim, observou-se a influência da família na afiliação, a importância atribuída à religião e as formas de participação e frequência à instituição. Foram discutidas, ainda, suas percepções sobre a moral sexual, envolvendo o exercício da sexualidade, aborto, planejamento familiar e homossexualidade. A análise também envolveu as opiniões das entrevistadas sobre o papel da instituição religiosa, levando em consideração que estes assuntos são amplamente controlados pelas Igrejas, ao mesmo tempo em que se difundem na sociedade mais ampla.

Quanto ao quarto capítulo, foi dedicado à análise da percepção das jovens sobre a identidade feminina e sua atuação no espaço privado e público. Inicialmente, foram analisadas suas opiniões sobre a divisão sexual do trabalho em relação às tarefas domésticas, à educação dos filhos e à chefia da família. Aqui, optou-se por distinguir entre as opiniões do total da amostra e as atitudes referidas às jovens casadas, a fim de confrontá-las e observar discrepâncias.

No que se refere às percepções das jovens acerca da inserção da mulher no âmbito público, foram abordadas as formas com que estas constroem redes sociais, seja através da utilização do tempo livre ou das formas de associativismo, sendo apontada a influência da instituição religiosa. Em seguida, foram discutidas as opiniões sobre o papel da mulher na Igreja, tendo em vista, que este é um dos espaços de maior legitimidade da atuação feminina na esfera pública, bem como, a predominância masculina na hierarquia das instituições religiosas. E, por último, foi destacada a percepção da política, principalmente em relação à Igreja e as formas de desempenho da mulher neste espaço.

Nas considerações finais foram apresentados os principais resultados da pesquisa, considerando as exposições aqui feitas.

## **2 – GÊNERO, RELIGIÃO E JUVENTUDE:**

### **2.1 – IDENTIDADE FEMININA E RELIGIÃO:**

Para melhor entender a identidade feminina, é preciso considerar a inserção das mulheres no interior das famílias, bem como, situá-las no contexto societário a que pertencem, considerando suas especificidades no que se refere à divisão sexual do trabalho. Neste sentido, é pertinente abordar primeiramente a relação entre as esferas de produção e reprodução no contexto capitalista, bem como a sua vinculação com os modelos familiares. Tais modelos se configuram ao longo da história articulados, principalmente, ao patriarcado e ao cristianismo, e dentro de suas transformações determinam papéis sociais específicos ao homem e à mulher. Assim, os modelos de mulher reforçam sua afinidade com a esfera da reprodução e, em consequência, com a transmissão de valores, dentre eles os religiosos.

Tendo por base a indivisibilidade entre produção e reprodução, bem como, entre as relações de classe e de gênero, o modelo de identidade feminina hegemônico na sociedade pode ser confrontado com sua representação nas classes populares. Isto é, as mulheres inseridas nas classes pobres são duplamente subordinadas, sendo essa dupla exploração é referida tanto à esfera da produção, quanto da reprodução. Diante disso, é preciso analisar o impacto dos movimentos feministas e das mudanças culturais em curso no Brasil na vida dessas mulheres, principalmente no que se refere ao campo dos valores religiosos. Já que, esta dimensão, é fundamental para a ruptura ou continuidade da dominação.

No que diz respeito à relação entre produção e reprodução na sociedade capitalista, é importante expor que se trata de duas esferas sociais mutuamente vinculadas e inerentes a qualquer forma de organização social. A primeira refere-se à produção social de bens enquanto a segunda representa a produção social de seres humanos. Teoricamente, o ideal nesta relação seria a subordinação da produção à reprodução. Contudo, na história, vem se constituindo o oposto, na medida em que no capitalismo transforma o trabalhador em

mercadoria através da venda de sua força de trabalho e como tal, o condiciona à produção de bens para garantir sua manutenção.

Deste modo, com a implementação deste modo de produção, essas esferas são reconfiguradas. A reprodução passa a ser caracterizada pela correlação de forças nas relações entre as classes e os gêneros, bem como, passa a ser política e pública. Por outro lado, as alterações referentes à produção decorrem da sua priorização demasiada, o que prejudica a garantia de subsistência dos trabalhadores e, conseqüentemente, da própria produção de bens. Assim, surgem respostas das classes dominantes à reivindicação dos trabalhadores, como a regulamentação da jornada de trabalho.

Em se tratando da relação de gênero, a correlação de forças se faz presente na subordinação feminina ao homem oriunda da divisão sexual do trabalho. No contexto capitalista, a especificidade desta divisão está na separação dos gêneros de acordo com as esferas da produção e da reprodução, onde a primeira é de responsabilidade masculina e a segunda é atribuição feminina. Em que pese, que esta separação não se dá de forma total, já que nem sempre são oferecidos meios para a materialização dos ideários preconizados, o que pode acarretar na participação feminina na dimensão da produção e do homem na reprodução.

Nesse sentido, no capitalismo a reprodução diz respeito, principalmente, à dominação da família para adequá-la à exploração e ao controle da resistência, por parte dos operários e das mulheres, os quais reivindicam uma subsistência digna. Esse domínio exercido pelo capitalismo resulta no padrão familiar instituído que, embora também seja configurado pelo sistema patriarcal, decorre do fortalecimento do Estado Capitalista. Uma vez que, irá se responsabilizar parcialmente pela dimensão da reprodução, tornando-a pública. E fornecerá subsídios para a legitimação e consolidação da exploração ao destinar este âmbito à manutenção da força de trabalho, tornando-a política. Assim, as relações de sexo são dissociadas das relações de classe, onde as primeiras são remetidas à família (Combes e Haicault, 1986).

Segundo Rocha-Coutinho (2006) o modelo patriarcal e burguês no qual a família é subordinada ao poder do pai, se consolida no Brasil durante o período colonial. Sua composição era basicamente, o patriarca, sua esposa e filhos, além dos agregados, como os escravos e serviçais. E seu desenvolvimento ocorre com o cultivo de terra, já que o país deixa de ser uma colônia puramente de exploração para também servir como residência para aqueles que recebem as sesmarias.

As primeiras famílias instaladas tinham o patriarca como autoridade máxima, seus membros não detinham nenhuma forma de autonomia entre si. O que prevalecia eram os interesses econômicos, ou seja, a esfera da produção, e seus valores eram regidos em torno da *tradição*, do *respeito* e da *obediência*, o que contribuía para reforçar a subordinação dos filhos e da mulher ao patriarca. Dentro deste modelo, a mulher, paulatinamente, assumiu seu lugar de mãe e de responsável pela *honra* e *solidariedade moral da família*, assim como, adquiriu a centralidade com base na identidade feminina formada a partir de símbolos sagrados presentes na cultura brasileira (Rocha-Coutinho, 2006, pp. 92 ).

Concomitantes a esse novo lugar da mulher ocorreram alterações na família patriarcal no país por conta do ajuste da cidade do Rio de Janeiro, então capital, ao estilo de vida europeu que acarretaram na instauração da classe média no país e no fortalecimento do Estado. A centralização do poder estatal instaurou uma autonomia na participação dentro da família, redefinindo papéis e suas formas de organização.

Essa redefinição ocorreria essencialmente no que se refere à relação entre o homem e a mulher consolidando a responsabilidade desta pela família e pela casa. Assim, instituiu-se no país o padrão familiar burguês pautado no ideário capitalista que, como já dito antes, preconiza a relação de gênero baseada na separação entre produção e reprodução, e assume no país uma forma característica de sua cultura.

A principal influência desse modelo no Brasil é o individualismo que, estimula a liberdade de escolha dos indivíduos. Entretanto, o fato de suscitar-las, não significa que são oferecidos meios para realizá-las, principalmente, em relação às classes populares. Sobre isso, Bourdieu (1998, pp. 46) afirma que “*as atitudes dos membros das diferentes classes sociais... são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social*”, pois, considera que as aspirações e escolhas desses sujeitos são condicionadas a realidade objetiva em que estão inseridos.

Nesse sentido, seria interessante reportar essa abordagem às mulheres de classes populares, visto que estas sofrem limitações nas oportunidades tanto por conta da sua inserção na esfera da produção quanto na da reprodução. Salém (1981) ao desenvolver uma pesquisa com este segmento aponta que na autodefinição das mulheres a partir das categorias de classe e gênero, não há uma sobreposição de uma em relação à outra, mas sim uma inter-relação, devido à intensa incorporação da divisão sexual do trabalho por elas.

Em suas considerações a autora salienta que a falta de recursos e a privação da figura do homem como mediador entre a esfera privada e a pública instaura nessas mulheres uma sensação de desamparo, a qual buscam superar no casamento ou na utilização de elementos de indeterminação, como a sorte e o destino. Com isso, o que pode ser percebido é uma falta de controle dessas mulheres sobre suas escolhas, bem como a falta de clareza quanto à afirmação de sua identidade.

Todavia, no Brasil, o processo de industrialização e urbanização que reestrutura as relações sociais e privadas, assim como, a expansão dos meios de comunicação que subsidia a difusão de informações no cotidiano da população, provoca mudanças culturais importantes. Essas mudanças vinculadas ao movimento feminista, a partir da década de 70, através de sua participação no direcionamento das políticas estatais e no processo de redemocratização do país irão suscitar a disseminação dos ideais feministas também entre as mulheres de segmentos populares.

Junto a estas mudanças, insere-se ainda o processo de diversificação do campo religioso brasileiro. Com o enfraquecimento da hegemonia católica, setores do protestantismo e do neopentecostalismo se expandem aos poucos, por conta, principalmente da incorporação de traços de outras tradições confessionais, assim como, de movimentos sociais brasileiros. No caso específico das mulheres, segundo Mariz e Machado (1996), a adesão a essas religiões se deve a sua capacidade de atrair aqueles que vivenciam crises e problemas ou enfrentam opressão cotidiana, bem como, a sua redefinição das relações de gênero, através da revisão das formas com as quais homens e mulheres se percebem como indivíduos. Sobre esta participação feminina, a pesquisa Novo Nascimento (Fernandes, 1998) verificou uma proporção de duas mulheres para cada homem dentre as denominações evangélicas, o que está de acordo com a proporção também maior de mulheres em outras religiões.

Visto isso, é importante salientar a atração provocada pelo pentecostalismo para essas mulheres, justificada por Machado (1996) pelo caráter “paradoxal” desta forma de religião. Posto que, reafirma valores hierárquicos e patriarcais de gêneros, ao passo que permite uma redefinição dos papéis e imagens tanto femininos quanto masculinos. Tal redefinição favorece a mulher, no sentido que enfatizam a predominância de valores ditos femininos na sociedade, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia feminina fazendo com que a afiliação suscite consequências significativas na relação das mulheres com os âmbitos privado e público.

Concomitantes às mudanças religiosas, ocorrem as conquistas das mulheres referentes à relação de gênero no Brasil. No que se refere ao impacto destas conquistas no século XXI, Rago expõe a importância da contestação do feminismo sobre o caráter *sexista e misógino* da sociedade, o que leva a uma tendência de superação do mesmo. Além disso, aponta que a aceitação atual do feminismo é consequência “*da dissolução das fronteiras simbólicas construídas entre público e privado, das pressões do feminismo e da diminuição do medo que causava, assim como, da própria mudança da consciência de gênero das mulheres*” (2005, pp. 37).

Para a autora, ao conquistar sua autonomia econômica, emocional e sexual, as mulheres deste século deixam de se auto-atribuir a responsabilidade pelas atividades e satisfação de seus companheiros. Isto estaria de acordo com as novas formas de percepção da sociedade, elaboradas pelas mulheres, que beneficiam tanto a elas quanto aos homens. Deste modo, devido à socialização diferenciada a que foram submetidas, as mulheres constroem sua própria linguagem diante da sociedade masculina.

Nesse sentido, mesmo sem ter conhecimento, as mulheres se aproximam das concepções feministas, ao buscar sua afirmação na sociedade. A principal via para isto, é a entrada no mercado de trabalho, tendo em vista que a maior igualdade entre os gêneros no âmbito doméstico, é proporcional à melhor inserção no mercado de trabalho e ao maior nível educacional da mulher. Contudo, as mulheres permanecem adequando seus valores à realidade em que estão inseridas, abdicando do ponto de vista igualitário diante da impossibilidade de implementá-lo dentro do que esperado pela sociedade.

Sobre os entraves práticos à concepção igualitária entre os gêneros, Sorj (2004) salienta, principalmente, a discriminação no mercado de trabalho e a escassez de serviços públicos voltados ao cuidado com as crianças. O primeiro teria impacto na distinção de salários, o que culmina no abandono da atividade profissional por parte da mulher. E o segundo, representa que o cuidado com as crianças ainda é assunto privado, especificamente, em famílias pobres, bem como, uma responsabilidade das mulheres.

A discriminação sofrida pela mulher no mercado de trabalho é salientada pela pesquisa “*A mulher brasileira nos espaços público e privado*” (2004), que embora aponte tal inserção como importante fator para a autonomia feminina, reconhece os entraves que permeiam a participação da mulher no espaço público. Além desta discriminação, aponta a dupla jornada de trabalho e a reação masculina, caracterizada através da violência doméstica.

A discriminação foi observada ao ser verificado que a renda individual das mulheres que exercem trabalho remunerado (41%), corresponde em média a dois salários mínimos (65%) e dentre estas 40% recebem um salário mínimo ou menos. A pesquisa apontou ainda, a permanência da divisão social do trabalho, através da constatação de que apenas 12% das mulheres são as principais provedoras da renda familiar, enquanto em 96% dos domicílios estudados uma mulher era a responsável pelo trabalho doméstico.

Deste modo, foram analisados como traços da dupla jornada de trabalho, o fato de 45% das mulheres terem participação na renda familiar, em contraposição a pequena participação masculina no trabalho doméstico (19%). A dupla jornada perpassa as inúmeras desigualdades referentes à classe social, etnia e naturalidade sendo hoje uma característica da identidade de gênero das mulheres brasileiras, bem como, é representativa de suas conquistas e da incorporação dos valores dominantes.

Quanto à reação masculina, Venturi e Recamán (2004) a evidenciam através do alto índice de violência sofrida pelas mulheres no Brasil (43%). Para isso, se fundamentam na resistência dos homens em superar o modelo patriarcal de sociedade, bem como, em perder o poder dentro da família diante da autonomia feminina.

Além das mudanças nas representações de gênero e nas condutas das mulheres provocadas pelos ideais feministas, há as transformações suscitadas pela afiliação em denominações pentecostais e neopentecostais. Este tipo de participação tem se destacado por conta de sua inclinação para aceitar as modificações na sociedade mais ampla, vinculando-se ao ideário individualista e liberal. Assim, a reconfiguração da relação entre homens e mulheres, provém do reforço à autonomia, onde cada adepto é responsável por suas ações. A ênfase à autonomia contribui para o proselitismo e a manutenção de fiéis nestas denominações, tendo em vista que muitos são convertidos, bem como, são oriundos de famílias heterogêneas em termos religiosos. Portanto, ao preconizar que todos são iguais, os evangélicos, contribuem para a redução da desigualdade entre os gêneros, já que qualquer um pode receber o Espírito Santo e adquirir seus dons.

Além disto, ao fomentar a dualidade entre “o *bem* e o *mal*”, essa confissão permite a compreensão de que a conduta desviante é originada pela posse do demônio. Dessa forma, os indivíduos que transgridem as regras são vistos como vítimas, e como tais, devem ser tratados com tolerância. No contexto familiar, essa interpretação do pentecostalismo

permite que as mulheres atribuam os conflitos, ao mal e não à contradição entre os interesses dos cônjuges (Machado e Mariz, 1996).

O fato de as mulheres não culparem seus maridos pelos conflitos, faz com que se sintam, também, responsáveis pelo provento material da família. Isto é suscitado, pela “teologia da prosperidade”. Desta forma, a mulher adquire uma certa autonomia financeira e se sente moralmente e espiritualmente superior ao homem. Assim, ocorre a redefinição de poder entre os gêneros, já que a superioridade da mulher é estabelecida por seu conhecimento da verdade, e dá sua responsabilidade de libertar o homem, que se encontra prisioneiro do mal.

Entretanto, se por um lado o pentecostalismo estimula a individuação da mulher, por outro a subordina a seus papéis tradicionais ao interpretar como divino o lugar do homem de ser o chefe da família. Deste modo, tanto o homem quanto a mulher devem se submeter a tal hierarquia. Quando essa ordem não é exercida pelo homem, se entende que o mesmo está “*tomado pelo demônio*”. Apenas neste caso, a desobediência da mulher se torna permissível.

A redefinição dos papéis entre os gêneros, preconizada pelo pentecostalismo, é mais bem aceita nas classes populares. Sobre isso, Machado (2003) considera se deve ao fato de estas representarem um “*segmento social marcado pelo predomínio da visão de mundo hierárquica e baseada na família*” (pp. 69). Ao contrário das mulheres de classe média, que possuem diversos mecanismos para reorientar suas condutas, inclusive, baseados na psicoterapia. É a partir de valores religiosos, que essas mulheres encontram novas forma de interpretar as relações familiares e suas vidas. Inclusive, ao permitir uma maior atuação do homem na esfera doméstica e da mulher na esfera pública, o pentecostalismo fomenta o trabalho de evangelização e liderança entre as mulheres, bem como, suscita uma legitimação de sua responsabilidade para com o provimento da família. Desta forma, estas adquirem uma independência, ainda que limitada, em relação ao homem (Machado e Mariz, 1996).

Ao confrontar o pentecostalismo com movimentos libertários, especificamente o feminista, Machado e Mariz mencionam que estes podem se afinar quanto aos aspectos modernizantes e se contrapor quanto aos aspectos holísticos presentes no primeiro. Um exemplo é em relação à concepção de interesse feminino presente no movimento feminista, que se torna um ponto antagônico. Isto porque no pentecostalismo o que prevalece é a vontade de Deus, por isso, não há divisão de interesses entre homens e mulheres.



Nesse sentido, Machado (2003) salienta que o reforço à auto-estima das mulheres, assim como, a redefinição das relações familiares, provocadas pelo pentecostalismo, vai de encontro à concepção de emancipação que os grupos feministas objetivam. Entretanto, as mudanças provocadas pelo pentecostalismo podem estar fundamentadas na incorporação de algumas concepções feministas pela sociedade brasileira nos anos 90.

Deste modo, por um lado, o pentecostalismo difunde um padrão de relação de gênero que favorece a mulher, no sentido em que a coloca como protagonista de suas ações. Por outro, tal autonomia é resultado da possessão do homem, pelo mal. Ou seja, o protagonismo feminino só é possível através da responsabilização da mulher pela libertação de seu esposo, que se encontra incapaz de exercer o papel que lhe cabe. Portanto, a igualdade entre os gêneros ocorre a partir da destituição dos direitos do homem, e não da ampliação dos direitos da mulher. Isto pode ser interpretado como uma nova forma de alienação, visto que o padrão hierárquico de gênero é legitimado (Machado e Mariz, 1996).

A partir destas exposições, foi possível notar a influência exercida pela religião, na construção e redefinição dos padrões de gênero da sociedade, principalmente no que se refere à identidade feminina. É interessante observar o esforço por manter a tradicional divisão de funções entre homens e mulheres, mesmo quando estas se apresentam permeadas pelas novas configurações da sociedade. Isto é, por trás da inclinação dos grupos pentecostais e carismáticos, em redefinir suas prerrogativas a partir dos assuntos que estão em pauta na sociedade, poderia existir uma forte tendência em reafirmar suas tradições e valores, baseados na hierarquia entre os gêneros. Diante disto, seria conveniente discorrer sobre as tendências religiosas atuais, levando em consideração os atores que atingem e suas principais conseqüências, na sociedade em geral.

## 2.2 – CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO:

De acordo com o Atlas da Afiliação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil (Jacob, 2003), está em curso na sociedade brasileira um processo de redução da percentagem de católicos, em favor do crescimento do número de evangélicos e daqueles que se declaram sem religião (14,8% em relação ao Censo de 1991). Um aspecto expressivo deste fenômeno foi o rápido crescimento pentecostal (8,3% ao ano no período de 1980 a 2000) em comparação à média da população em geral, que aumentou 2% ao ano no mesmo período.

Diante disto, se faz importante conhecer os principais atores deste processo através do perfil traçado pelo Atlas. Entre os fiéis católicos, foi constatado um alinhamento à média geral da população, visto que esta identidade é referida pela maioria da população. Contudo destaca-se a maioria masculina, idosa e branca. Em relação aos que se confessam “sem religião”, o perfil apontou que a maioria dos declarantes pertence a camadas populares, com idade entre 16 e 30 anos, com uma discrepância em relação à escolaridade, já que este segmento possui ou nível muito baixo ou nível muito alto da mesma.

Em se tratando dos evangélicos, houve uma divisão entre pentecostais e históricos, devido a diferenças importantes entre as duas tradições. Os pentecostais se diferenciam por impetrar em maior grau entre as mulheres, as crianças, os adolescentes, os negros, os pardos e os indígenas, pertencentes a camadas de baixo nível de renda e escolaridade. Aqui, cabe destacar o potencial deste segmento em se disseminar entre as minorias sociais. Isto porque, continuamente busca desenvolver práticas que se aproximam de suas realidades.

Já as denominações históricas, possuem maior número de fiéis do sexo feminino, adultos, idosos, brancos e indígenas, sendo os níveis de escolaridade e renda caracterizados como maiores do que a média nacional. Este fato está relacionado à tradição de valorização da educação deste segmento. Um ponto importante, representado no perfil dos evangélicos históricos, foi a pouca capacidade em adquirir novos adeptos. Isto pode significar, uma dificuldade no interior das famílias em transmitir seus valores ou a pouca habilidade de adaptação deste segmento às mudanças da sociedade.

Deste modo, se faz necessário mencionar a trajetória do segmento evangélico no Brasil, considerando sua grande capacidade de segmentação. As Igrejas Históricas foram as primeiras Igrejas evangélicas, a se instaurar no país através de missionários estrangeiros, sendo ligadas diretamente à Reforma Protestante. Sua organização era pautada na centralidade

no líder, na busca por disciplina e no estímulo à missão. Entretanto, encontrou dificuldades significativas em alcançar um grande número de fiéis, tendo em vista que buscava se expandir em um país onde a religião era intimamente vinculada ao Estado. Um outro obstáculo para seu desenvolvimento foi não estar ajustado à cultura local, o que, junto com a pouca ênfase na instituição, favoreceu seu desdobramento em diferentes denominações.

É através desses desdobramentos que surge o pentecostalismo, que segundo Mafra (2001) pode ser caracterizado por três momentos, os quais denomina de “ondas pentecostais”. A “*primeira onda*”, se constituiu através da criação da Igreja Assembléia de Deus, cuja ênfase estava na ação do Espírito Santo. Sendo menos formal e menos centrada na instituição, este movimento se desenvolveu rapidamente entre as classes mais pobres, visto que, permitia a qualquer membro difundir a congregação. Já a “segunda onda” é estabelecida pela *Cruzada Nacional de Evangelização*. Promovida pela Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, esta anunciava o dom da cura, através de pregações em massa, inserindo um novo tipo de proselitismo no país, que atraía grandes públicos, por conta do carisma de seus líderes.

Em relação à “terceira onda”, é assinalada pelo surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus, que consolidou o neopentecostalismo no Brasil. Este segmento se diferencia por basear-se na cura através do exorcismo, bem como, pela incorporação de elementos de outras religiões em sua composição, o que está atrelado, ao repúdio dessa confissão religiosa, para com outras crenças, atribuindo a estas, a marca de serem oriundas do mal.

O rápido desenvolvimento do neopentecostalismo no país ratifica o pensamento de que no Brasil, a propagação dos evangélicos se deve, prioritariamente, à disseminação das denominações autóctones, ou seja, daquelas que são mais afinadas à cultura do país. Esse fenômeno é mais bem caracterizado no caso do Rio de Janeiro, visto que o crescimento pentecostal o qualifica como o Estado menos católico do país. Inclusive, em consonância com a tendência nacional, neste estado os pentecostais têm maior incidência quanto maior o nível pobreza local (Fernandes, 1998).

Diante disto, pautando-se na literatura atual sobre religião, é pertinente afirmar que existem duas tendências predominantes em curso no Brasil, especialmente no estado do Rio de Janeiro, a priori, contraditórias. A primeira se refere ao importante pluralismo religioso, que torna possível a busca pela prática religiosa cada vez mais institucionalizada. Quanto a segunda, está vinculada ao processo de privatização da religião, que suscita a desconexão

entre religiosidade e instituição, bem como, permite a incorporação de diversas crenças na prática do indivíduo, fenômeno este, chamado de hibridismo.

Mariz e Machado (1997) apontam os grupos “neotradicionais” como representantes da primeira tendência, visto que desenvolvem a “teologia da guerra espiritual” e buscam uma maior visibilidade na esfera pública a fim de reforçar os laços institucionais. Em relação à segunda tendência, as autoras caracterizam através dos que se identificam como “sem religião”, já que dentre eles estão os não religiosos; os religiosos sem vínculo institucional; e os religiosos com identidade institucional embora desenvolvam suas próprias práticas.

Deste modo, Mariz e Machado enfatizam a importância de estudos qualitativos, que sejam complementares aos dados do Censo e tragam mais informações a cerca destes processos e dos indivíduos que o compõem. Inclusive, atribuem o fato de não existir muitas análises sobre aqueles que não possuem vínculo religioso, a pouca representatividade destes em nível nacional. embora, no estado do Rio de Janeiro, eles constituam o segundo maior grupo religioso em percentual.

Se o mercado religioso é fortalecido por esses grupos, já que tendem a constituir suas práticas a partir das diferentes crenças a que têm acesso, também é estimulado grupos confessionais que preconizam uma adesão exclusiva dos fiéis. Tendo em vista, que a ênfase na institucionalização, culmina na oposição a outras formas de crenças e pertencas religiosa. Estes grupos são representados, principalmente pelos pentecostais e carismáticos, que apesar de disputar espaços tanto na esfera privada quanto pública, são parecidos nas suas formas de proselitismo. Isto porque, estas repercutem na vida dos fiéis através não só do abandono de práticas simultâneas, como também através da rejeição de diferentes crenças, principalmente as espiritualistas e afro-brasileiras.

Este ethos é reforçado pela teologia da guerra espiritual, caracterizada por seu discurso “anti-sincrético”, visto que nega a valorização de práticas religiosas externas, assim como, enfatiza a atuação do demônio através de outras crenças, o que contribui para “*marcar as fronteiras institucionais e assim fortalecer as igrejas e seus dogmas*” (Mariz e Machado, 1998, p.26). Contudo, o sincretismo não é totalmente eliminado, visto que está presente nestes movimentos de forma “não-intencional e inconsciente”, através da utilização de elementos de outras crenças em suas práticas.

Um outro mecanismo utilizado para reforçar a institucionalização religiosa é o incentivo à participação e à experiência de um novo estilo de vida. Isto culmina em uma nova

concepção de identidade religiosa, instaurada no campo religioso brasileiro tanto pelos pentecostais quanto pelos católicos carismáticos, que é pautada principalmente neste compromisso dos fiéis com a instituição, onde a pertença religiosa se torna intrínseca à participação. Ao contrário do catolicismo, onde aqueles considerados não praticantes, não perdem sua identidade religiosa.

Segundo Mariz e Machado (1998) estas identidades não se resumem a novas formas de “consumo de bens mágicos”. Tendo em vista que os adeptos que se portam como “clientes”, ou seja, que freqüentam diferentes crenças, em busca de resoluções imediatas para seus problemas, são considerados pessoas em processo de conversão. Desta forma, a atitude consumista estaria presente apenas no primeiro momento da afiliação, já que, dentro dos movimentos neotradicionais, há uma organização que visa estabelecer uma pressão para que estes “clientes” se comprometam com a instituição e se adaptem ao modelo de vida preconizado. Assim, estes grupos compreendem a desvinculação institucional como parte de um processo, contrapondo-se ao catolicismo, que tem predominância de fiéis que utilizam a religião apenas como identidade social.

É importante lembrar que a busca destas instituições pela influência no espaço público, vai de encontro à perspectiva sociológica que prevê a total privatização da religião. Isto porque, o processo de globalização causa importantes mudanças nas formas de ingerência deste âmbito acarretando, por um lado, no maior acesso a diversas religiosidades, o que dificulta o controle da totalidade da sociedade em torno de uma crença única e por outro, facilita a emergência de grupos que objetivam resistir a este processo, através de práticas e discursos religiosos considerados tradicionais.

Nesse sentido, é possível considerar que a privatização não elimina a capacidade da religião de intervir na esfera pública. Mas, para isso, é fundamental que haja um controle por parte das lideranças religiosas, visto que a religiosidade individual e a formação de organizações, movimentos e instituições pelos líderes não são suficientes (Beyer apud: Mariz e Machado, 1998). No Brasil, a busca por visibilidade no espaço público se tornou indispensável para o pluralismo institucional, tendo em vista, que o “mercado religioso” foi constituído a partir de uma redução da desigualdade de poder de influência dos diferentes grupos religiosos. O esforço destes grupos é mais bem caracterizado, nos campos da mídia e da política, lugar em que a Igreja Católica e as religiões espíritas tradicionalmente ocupam e

vem sendo adotado como estratégia de enfrentamento por grupos pentecostais e neopentecostais.

A segunda tendência provocada pela globalização refere-se à hibridização das crenças e práticas religiosas, que suscita uma nova forma de sincretismo mais concentrado no indivíduo. Tendo em vista que gera um alto “intercâmbio” entre culturas, onde a cultura externa é adaptada à local. Como já assinalado, no Brasil este processo é caracterizado pela diminuição de fiéis católicos e pelo aumento de indivíduos que se denominam “sem-religião”, que representam o enfraquecimento das instituições religiosas em favor do aumento da privatização das crenças e do emocionalismo. Esta forma de religiosidade se encontra mais presente na utilização de “serviços religiosos” por membros da classe média, que possuem baixo comprometimento com os grupos religiosos e assim reforçam o “mercado religioso”.

Machado (2002) considera que a hibridação é favorecida pelo monismo, ou seja, pela cultura oriental que entende o bem e o mal como não excludentes, pois diante disso a exclusividade religiosa não seria tão relevante. Contudo, essa tendência afeta primordialmente, as camadas com maior nível de instrução. Enquanto nas classes populares, há maior presença dos grupos que preconizam a “guerra espiritual” e combatem a desinstitucionalização e privatização da religião.

No caso brasileiro, a especificidade se encontra no fato de que em um país onde o sincretismo está arraigado na cultura de diferentes maneiras, nas camadas mais pobres é crescente o número de grupos que reforçam o combate público a outras práticas. Em que pese que esta visão de oposição está, cada vez mais, presente no cristianismo. No meio evangélico, isto acarreta em uma disputa entre as diferentes denominações, o que favorece a tolerância e a flexibilização em relação a seus valores. Já no catolicismo, as lideranças preconizam a instituição através de alguns conceitos, embora os fiéis ainda sejam permissivos no que se refere ao sincretismo.

Portanto, é possível observar que as tendências atuais se mostram interligadas, não só em suas origens como em suas conseqüências. Isto porque, ambas acabam por reforçar o mercado religioso e suscitar novas formas de entender a pertença religiosa. No Brasil, a noção de religião começa a se desvincular da idéia de religiosidade, no sentido em que é possível estabelecer práticas diferentes daquela antes considerada legítima, ou seja, o catolicismo, que paulatinamente, perde seu lugar de religião hegemônica no país.

Além disso, é importante observar que estas tendências têm diferentes conotações nos vários segmentos da sociedade, tal como foi apontado no início do capítulo. Com isso, seria interessante observar como estes processos são conformados entre os jovens, e mais especificamente, entre as jovens das camadas populares.

### 2.3 – JUVENTUDE E RELIGIÃO:

É possível compreender que as transformações sociais e as familiares influenciam-se mutuamente, pois a família é um espaço propício para o diálogo entre percepções distintas. Segundo Rocha-Coutinho, isso se deve ao convívio de diferentes gerações. Ao definir identidade como uma construção histórica que afirma particularidades em um contexto mais geral, a autora aponta que a “*desconstrução de modelos fixos do passado,..., alterou também as formas de relação entre as diferentes gerações na família*” (2006, pp. 101). Sendo assim, para a autora as gerações corresponderiam a valores construídos socialmente através do discurso, que são influenciados por diferentes aspectos da vida social.

Ao analisar as mudanças entre gerações através da apropriação do espaço urbano, Lins de Barros (2006) aborda que a geração permite aos indivíduos diferentes concepções sobre a realidade de acordo com sua classe de idade. No entanto, as mudanças sociais em curso permitem que essas representações não sejam homogêneas, por conta da influência das diferentes identidades que compõem os indivíduos, sejam elas de gênero, religião, classe ou etnia. A partir deste pressuposto se faz interessante abordar a compreensão de juventude e quais seriam os impactos da sociedade sobre este segmento.

Abramo (2005) aponta que a juventude como um conceito amplo, começa a ter visibilidade no Brasil, a partir da exposição na mídia dos problemas vividos pelos jovens em seus cotidianos, o que culmina em uma preocupação da sociedade para com os mesmos. Uma outra forma de visibilidade é através da publicização de manifestações culturais oriundas desta faixa-etária, especificamente, aquelas que expõe as experiências dos segmentos populares. Para a autora, a juventude corresponde a um período socialmente construído, em que há uma preparação emocional e social para o exercício da vida adulta. Deste modo, a caracteriza como

*uma etapa do ciclo de vida, de ligação (transição, diz a noção clássica) entre a infância, tempo da primeira fase do desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito, principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (nas decisões, deveres e direitos que regulam a sociedade).* (ABRAMO, 2005, p. 41).



Diante disso, é válido mencionar que a idéia de geração como uma construção social a partir de experiências coletivas, permite que os indivíduos transitem pelas diferentes etapas da vida, a despeito de qualquer classificação. Assim, a perspectiva individualista presente na sociedade atual rebate nos estilos de vida preconizados a cada faixa etária suscitando em seus atores o desenvolvimento de práticas próprias (Alves, 2006).

Isto reflete nas formas de compreender e viver a juventude, posto que são consideradas as especificidades que envolvem os diferentes aspectos da construção da identidade do jovem, como também, o contexto social, econômico e político que permeiam esta construção. Um ponto importante de diferenciação na forma de experimentar a juventude é a classe social em que o jovem está inserido. Tendo em vista, que para aqueles oriundos de segmentos populares, a escolarização pode se tornar não só um meio de ascensão social e econômica, como também, de construção de sua identidade a partir do acesso a pensamentos e valores distintos.

Para Lins de Barros (2006) o maior grau de escolaridade dos jovens pode acarretar em uma maior autonomia em relação à família. Quando se trata de mulheres jovens das camadas populares, essa independência também está vinculada à maior aceitação da mulher no âmbito público, o que permite a legitimação de sua participação para além dos espaços da família e da religião. Deste modo se faz interessante observar, de que forma esta autonomia se faz presente, na escolha religiosa dos jovens, considerando a importância da influência familiar em tal escolha e, principalmente por significar um espaço primordialmente feminino.

Novaes (2005) aborda esta questão, apontando que a juventude brasileira na atualidade enfrenta questões relacionadas ao emprego, à violência urbana e à tecnologia. E concomitante a elas, estão as novas configurações do campo religioso, em que ocorre a promoção da oferta de espiritualidades através da mídia e o desenvolvimento da pluralização de Igrejas e tradições religiosas. Isto culmina em práticas que incorporam elementos de religiosidades distintas em uma prática privada, bem como, permitem um certo desprendimento da identidade católica, o que é um ponto importante em se tratando do Brasil, país considerado majoritariamente católico.

Nesse sentido, a autora descreve o perfil dos jovens traçado pela pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, de natureza quantitativa e realizada em âmbito nacional no ano de 2003. A pesquisa verificou que 65% dos jovens brasileiros são católicos, 22% são evangélicos, sendo 15% pentecostais e 5% não pentecostais, 11% se identificaram como “sem

religião” e 1% como ateu ou agnóstico. Na região Sudeste é significativa a presença de evangélicos, de espíritas Kardecistas e religiões afro-brasileiras, bem como, daqueles que se consideram “sem-religião”.

Dentre os jovens católicos abordados, 52% são mulheres e 48% são homens, sua maior representatividade está em cidades pequenas e estão inseridos em todas as camadas sociais. Contudo, estão em maior número entre os mais pobres (até um salário mínimo), se assemelhando aos evangélicos pentecostais. 45% desses jovens se dizem brancos, 40%, pretos ou pardos e apenas 5% indígenas e 4% amarelos. É interessante notar, que o número de pretos ou pardos é similar ao do segmento pentecostal (46%).

No que se refere aos 22% de jovens evangélicos, também, 52% são mulheres e 48% são homens. Dentre eles 5% são históricos, localizados basicamente em cidades grandes e capitais. E 15% são pentecostais, alocados em regiões metropolitanas. Enquanto entre os históricos a maioria se declara branca (48% contra 38% de negros e pardos), nos pentecostais prevalece os que se identificam pretos ou pardos (46%). Há ainda um número significativo de amarelos entre os históricos (7%) e de indígenas entre os pentecostais (6%).

Uma segunda discrepância entre estes grupos está na escolaridade, visto que, aqueles alocados entre os históricos estão cursando o ensino médio ou alcançam o nível superior, ao contrário dos pentecostais, cujo maior parte está no ensino fundamental ou pararam de estudar neste período (50%). Deste modo, os jovens pentecostais, majoritariamente, pertencem às camadas populares, sendo estas a principal responsável pelo crescimento da religião no país. Já os históricos se dividem entre as camadas médias e altas.

Entre os jovens sem religião, 1% se identificam como ateus ou agnósticos, sendo 69% homens e 31%, mulheres. Estes estão alocados principalmente em regiões metropolitanas, o que pode confirmar a associação entre tais concepções e os valores seculares. Já os “religiosos sem religião” correspondem a 10% de jovens que buscam em diversas formas de religiosidade a sua própria prática. Dentre estes, 64% são homens e 36% são mulheres, e a maioria é de jovens de 21 a 24 anos (36%). Um ponto importante assinalado é a similaridade entre os dados deste grupo e os de jovens vinculados à instituição religiosa.

Sobre os jovens pertencentes a religiões mediúnicas e afro-brasileiras, a pesquisa aponta que 2% são espíritas Kardecistas e 1% participam ou da umbanda ou do candomblé. Nestes segmentos há mais mulheres do que homens (56% e 60% respectivamente). Sua maior presença está nas cidades metropolitanas e a maioria se situa na faixa de classe média. Os

Kadercistas são os que possuem maior nível de escolaridade, em seguida estão os pentecostais e os ateus, o que culmina em uma maior inserção deste grupo no setor formal do mercado de trabalho (53%) quando comparados aos umbandistas.

Um ponto importante levantado por Novaes sobre essas religiões, é o fato de estas estarem disputando espaço com o pentecostalismo, bem como, a frequência como que se constitui um “duplo pertencimento” nestes grupos. Além disso, as religiões afro-brasileiras e mediúnicas também podem estar entre aquelas praticadas pelos indivíduos que se consideram “sem-religião”, já que ainda não há uma hegemonia em relação à legitimação de tais práticas.

Quanto as religiões menos difundidas no país (judaísmo, islamismo, budistas e orientais) têm representação em 1% dos jovens, sendo a maioria homens (57%) alocados no interior, o que aponta para o vínculo a comunidades étnicas. Contudo, vale destacar que suas filosofias estão sendo utilizadas por alguns jovens, mesmo que isto não signifique a conversão dos mesmos.

Diante do perfil delineado pela pesquisa, é possível observar alguns pontos relevantes em relação ao perfil traçado pelo “Atlas da Afiliação Religiosa” abordado no segundo item deste capítulo. A princípio é notável a presença entre os jovens das mudanças destacadas pelo Atlas com relação ao aumento pentecostal e dos que se consideram sem religião, principalmente na região Sudeste, contudo é necessário considerar suas especificidades. Em relação aos “sem religião” por exemplo, o Atlas destacou sua maior incidência entre os jovens, o que pode estar relacionado à propensão destes em não estabelecer vínculos religiosos, já que a pesquisa sobre o perfil da juventude aponta a maioria dos jovens sem religião como “religiosos sem religião”.

No caso do catolicismo, houve discrepância em relação ao gênero, já que entre os jovens destacou-se a maioria feminina, bem como, a maioria pertencente a camadas pobres, o que não foi constatado pelo Atlas, já que este considerou a maioria masculina e não encontrou diferenças significativas em relação à classe social. Já em relação aos evangélicos houver maior similaridade entre as duas pesquisas, é interessante observar que entre os jovens há uma maior proximidade entre aqueles que configuram a religião católica e o pentecostalismo, sendo a maioria mulheres e pertencente a classes populares.

### 3 – SOCIALIZAÇÃO RELIGIOSA DAS JOVENS:

#### 3.1 – PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia aqui adotada é pautada na perspectiva qualitativa, já que, optou-se por discutir a identidade feminina e religião, através das percepções de mulheres jovens sobre aspectos que permeiam seus cotidianos. Como aponta Minayo, a perspectiva qualitativa *“trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”* (2004, pp.22). Nesse sentido, a escolha por esta metodologia, se deu por considerar que permite uma abordagem mais completa sobre aspectos subjetivos que permeiam as experiências dos sujeitos da pesquisa.

A opção por estudar a temática a partir do olhar das jovens se deu pelo fato de que estas acompanham as mudanças em curso na sociedade na fase da vida em que estão construindo sua própria identidade. Deste modo, são influenciadas pelos valores e concepções que lhes são transmitidos, da mesma forma, que tendem a desenvolver suas próprias experiências. O acesso às jovens ocorreu através da pesquisa *“Religião, política e identidade feminina: A transmissão intergeracional de valores nas camadas populares do Rio de Janeiro”*, sendo utilizado como instrumento, a entrevista semi-estruturada. A amostra se definiu a partir da pesquisa, portanto, são jovens cujas mães pertencem a camadas populares e necessariamente, são católicas ou evangélicas.

Foram realizadas dezenove entrevistas, durante os períodos 2006.1 e 2006.2, com jovens de idades entre dezessete e vinte e nove anos residentes no Estado. As mulheres foram informadas sobre o propósito da entrevista, o sigilo a respeito de sua identidade e tiveram suas

dúvidas esclarecidas. Diante disto e a partir de autorização prévia, as entrevistas foram gravadas e transcritas.

O roteiro utilizado abordou questões que socialmente são atribuídas à vivência da mulher, tais como, religião, família e moral sexual. Além de considerar temas que correspondem ao seu desempenho no espaço público, mais especificamente, vinculados a suas formas de sociabilidade e percepção sobre política. Assim, a análise dos discursos foi adotada através de blocos temáticos, a fim de obter os modelos de comportamento presentes na fala das entrevistadas e compara-los entre si, observando possíveis contradições. Deste modo, delinear o perfil das jovens entrevistadas quanto às dimensões sócio-educacional e religiosa, se faz necessário para subsidiar uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

### 3.2 – PERFIL SÓCIO-EDUCACIONAL DAS ENTREVISTADAS:

Para entender melhor o universo da pesquisa, é importante considerar suas especificidades em relação às categorias que se pretende estudar. Assim, inicialmente serão expostas suas características em relação a dimensões sociais. Em seguida, será delineada a trajetória religiosa. E, por último, sua afinidade com o modelo de mulher instituído.

Devido à própria faixa etária das jovens (23 anos), a maioria era solteira, com ressalva para uma que se encontrava separada. Três eram casadas ou viviam em união estável: A.G., 25 anos, que possuía uma filha com um ano e quatro meses; M.S., 24 anos, casada há oito, possuía dois filhos; e J.G, 21 anos, a qual vivia com o companheiro há, aproximadamente, dois anos possuía um filho de 8 anos e estava grávida. Além destas, M.G. de 23 anos, solteira e evangélica, estava grávida do primeiro filho e Y.C. também evangélica de 21 anos, separada, adotou a afilhada de cinco anos.

O nível de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho das entrevistadas possibilitaram constatar que estas estão em processo de ascensão social. Assim, onze das entrevistadas tinham nível de escolaridade correspondente ao ensino médio, sendo que duas jovens com 17 anos, o estavam concluindo. Seis cursavam o ensino superior e uma o interrompeu por conta do trabalho. Apenas uma encerrou os estudos no ensino fundamental. Esta se encontrava desempregada, enquanto nove estavam alocadas no mercado formal e uma no mercado informal.

Como já apontado no capítulo anterior, o processo de mobilidade social das jovens em relação aos pais permite sua autonomia cultural diante dos valores da família. No caso das entrevistadas a ascensão social pôde ser observada em comparação à escolaridade e ocupação de suas mães. Dentre estas, seis completaram o ensino médio, três o estavam cursando e uma não o concluiu; sete tinham nível de escolaridade correspondente ao ensino fundamental, sendo que quatro não o completaram. E apenas uma mãe havia iniciado o ensino superior, mas o interrompeu.

Seis mulheres não trabalhavam, dentre estas é interessante salientar o fato de que apenas uma se declarou desempregada, o que permite a interpretação de que a maioria não trabalhava por exercer o cuidado com a casa e a família. Em relação à inserção no mercado de trabalho, também seis estavam alocadas no setor informal, cinco estavam alocadas no setor

formal e duas eram aposentadas. Quanto à ocupação, a maioria cumpria atividades que são referidas à mulher, tais como, auxiliar de serviços gerais, diarista e artesã.

Isso também se reflete entre as jovens universitárias, já que quatro estavam inseridas no curso de Serviço Social, duas cursavam Enfermagem e uma fazia o curso de Direito. Isto remete à discussão de que as escolhas dos indivíduos são resultantes do *capital cultural*, ou seja, do conjunto de valores transmitidos de forma tácita e naturalizada no interior das famílias, que influencia na configuração das atitudes dos sujeitos. (Bourdieu,1998). Desta forma, não é por acaso que a maioria dos cursos referidos sejam aqueles atribuídos à mulher.

Além disso, a vinculação destes cursos a profissionais religiosos é significativa, devido a uma afinidade entre os valores confessionais e os valores preconizados por estas profissões. No caso do Serviço Social, Simões (2005) atribui a permanência desse vínculo na atualidade, ao significado social da profissão que incorpora determinados valores ao profissional, bem como, à falta de clareza no que diz respeito ao papel e a especificidade da profissão na sociedade.

Com isso, é possível pensar que embora estas jovens estejam em processo de mobilidade social em relação às mães, os valores familiares e religiosos, ainda podem exercer uma influência importante no que se refere a suas ações. Deste modo, se faz importante observar o lugar da religião e da família nas experiências dessas jovens, considerando os motivos e as conseqüências da sua relação com as instituições religiosas.

### 3.3 – TRAJETÓRIA RELIGIOSA E FAMILIAR

Antes de ser abordada a identidade religiosa atual das jovens e suas formas de engajamento nas comunidades confessionais, é preciso ressaltar que estas eram provenientes de lares com mães evangélicas (10) ou católicas (9). É importante observar como estão sendo transmitidas as pertencas religiosas nestas famílias levando em consideração que dez entrevistadas se declararam evangélicas, sendo pertencentes a diferentes denominações; sete se diziam católicas; uma era espírita; e uma disse não ter religião.

Quatorze permaneciam na religião em que foram socializadas quando criança. Entre estas, nove estavam inseridas em famílias cujos pais pertenciam à mesma confissão religiosa, sendo cinco famílias evangélicas e quatro católicas. Duas jovens professavam a mesma religião da mãe e afirmaram que o pai não tinha religião. Duas entrevistadas não haviam adotado a mudança de religião da mãe, que transitaram do catolicismo para a igreja evangélica. E uma se declarou evangélica desde criança, justificando sua afiliação pelo convívio com vizinhas que participavam de uma Igreja próxima à sua casa. Este foi o único caso em que a família não exerceu influência sobre a socialização religiosa.

Nesse sentido, é visível a tendência das jovens em se aproximar da religião da mãe. Contudo, se faz pertinente sugerir que o compartilhamento dos valores entre os cônjuges favorece a permanência na instituição religiosa, principalmente entre os evangélicos. Vale considerar também, a dificuldade enfrentada pelas famílias católicas em manter as filhas na mesma denominação. Assim, é possível notar o impacto das mudanças do campo religioso brasileiro na escolha confessional dessas jovens, confirmando as tendências expostas no segundo capítulo deste estudo.

Sobre isso, a literatura sobre o tema considera que os grupos pentecostais, possivelmente são os que mais se beneficiam da perda de fiéis católicos. Isto pode ser representado entre as jovens que se desvincularam da religião em que foram socializadas. Visto que, quatro jovens se afastaram do catolicismo, três em direção à Igreja evangélica e uma ao espiritismo. Apenas uma jovem de 17 anos, se afastou da Igreja evangélica sem ter constituído um novo engajamento.

É importante destacar, ainda, que a jovem que se declarava espírita, exercia de uma dupla religiosidade, como pode ser observado em seu discurso quando indagada sobre a importância da religião em sua vida:



*“Bom, da minha religião mesmo eu não uso quase nada, continuo usando o catolicismo desde a hora que levanto até a hora que durmo. Sempre fazendo minhas orações nos momentos que preciso” M.S. (24 anos).*

Esse relato ilustra a hibridação, tendo em vista que, apesar de se considerar espírita, conciliava esta religião com as práticas católicas, tais como orações e participação em missas.

Mesmo diante do processo de mudanças pelo qual a religiosidade brasileira está passando, para essas jovens a família continua sendo a principal responsável para a afiliação religiosa. Isto porque, quando indagadas sobre quem as influenciou na escolha confessional, quinze jovens se referiram a familiares, entre estas, doze nunca mudaram de religião e três acompanharam a mudança religiosa de algum membro da família. Apenas duas alegaram ter escolhido sua religião por conta própria – uma evangélica e uma católica – e uma se remeteu ao colégio católico onde estudou.

A família é vista por diferentes confissões religiosas como uma importante maneira de transmitir seus valores. Essa proximidade pode ser ilustrada, quando treze jovens consideraram que a sua participação religiosa interferiu positivamente na vida familiar, mudando as relações com seus familiares. Como observou L.S., evangélica de 29 anos:

*“... na igreja eu tenho influência dos valores de família, familiares, o amor, a parte de você desenvolver o relacionamento com a sua família... Então tem sempre pregações, palestras, a semana da família, que tenta resgatar os valores que estão perdidos. Eu uso o que eu aprendo lá dentro da minha vida familiar, porque para mim depois de Deus vem a família... Eu acho que a igreja ajudou muito a minha família, porque antes de nós sermos evangélicos o meu pai bebia muito, então era uma dificuldade muito grande dele manter um relacionamento com a gente, não que ele batesse na gente, não é isso, ele era um amor mesmo bebendo, só que todo o dinheiro que ele ganhava que seria para a família ele gastava com bebida e é horrível você conviver com uma pessoa que não está em si, que não está agindo normalmente. Depois que ele se converteu tudo mudou, ele parou de beber e o dinheiro não ia mais para a bebida, então ele já começa a desenvolver toda a questão de desenvolvimento familiar, por causa da Igreja. Se nós não tivéssemos a influência da igreja nas nossas vidas talvez a minha mãe não suportaria, já teria quebrado a família. A igreja tem um papel muito importante na questão familiar, não só para a minha, mas em todas as camadas, porque ela valoriza a família”.*

Esse relato também pode caracterizar uma tendência referida pela pesquisa de Salém (1981), de que as mulheres de classes mais pobres estão propensas a buscar as soluções e significados de seus problemas na religião. Nas jovens entrevistadas, isso pode ser observado com as respostas obtidas sobre o momento em que mais recorrem a religião. Pois, nove

admitiram buscar a esta esfera com maior intensidade em momentos específicos – seis evangélicas e três católicas – tal como relatou L.S.:

*“Eu sempre procuro, mas eu acho que o ser humano em si procura mais quando está com dificuldades. Quando você não está em uma dificuldade, você tem a tendência a ser auto-suficiente, mas quando você tá com dificuldade, você vê até aonde você pode ir. Quando não dá mais, você diz ‘não, agora eu preciso de algo sobrenatural para me ajudar, tem que ter algo que é mais forte do que eu’. Você sabe onde é o seu limite, quando chega esse limite as pessoas recorrem a Deus”.*

Além destas, sete entrevistadas enfatizaram que procuram a Deus a todo o tempo, independente de ter problemas, sendo: quatro evangélicas, três católicas e uma espírita. Vale destacar que a maioria das jovens evangélicas referiu-se ao fato de Deus ser mais importante do que a religião, como aponta o relato a seguir:

*“A religião em si não é importante. Assim, na verdade, o que é mais importante é Deus. A Igreja tem importância na minha vida, porque foi lá que eu nasci, que eu fiz os meus amigos, mas a religião mesmo não é tão importante, porque a gente vai a Igreja pra louvar a Deus, para agradar a Deus e não a religião”* (T.C., 21 anos, evangélica).

Este resultado confirma pesquisas atuais que indicam que parte do segmento evangélico não se identifica como uma religião, visto que, consideram um termo pejorativo por associá-lo ao catolicismo, confissão predominante no país. Esta característica também pode ter influenciado nas respostas obtidas quanto à importância da religião para as entrevistadas.

Todas as entrevistadas se referiram a religião como sendo importante. Ao justificar suas respostas, dez se remeteram ao contato com Deus, dentre estas, sete eram evangélicas, uma era católica, uma era espírita e uma não tinha religião. Nove disseram que a doutrina é uma direção para suas vidas, sendo cinco católicas e quatro evangélicas. Neste caso, vale questionar se há disparidade entre as formas de viver a religiosidade e de vínculo institucional para as entrevistadas. Em que pese, que a participação na Igreja como espaço de sociabilidade, foi mencionada apenas pelas evangélicas. Assim, seria interessante analisar este ponto a partir dos relatos das jovens sobre sua participação nas instituições religiosas.

No que diz respeito à frequência, a maioria das entrevistadas informou que participavam uma ou duas vezes por semana, dentre estas, sete eram evangélicas. Três – duas católicas e uma espírita – não tinham regularidade e uma evangélica informou que

freqüentava quinzenalmente. Além destas, quatro – duas evangélicas, uma católica e uma sem religião – disseram que estavam afastadas da instituição.

Quando questionadas sobre a última vez em que teriam freqüentado a missa ou o culto, nove entrevistadas – sete evangélicas e duas católicas – afirmaram ter participado na semana anterior à entrevista, quatro católicas disseram ter ido há um mês e cinco disseram que não freqüentavam há, aproximadamente, um ano: duas evangélicas, uma católica, uma espírita e a jovem sem religião.

Diante desses dados é possível observar uma disparidade em relação à assiduidade que as jovens católicas relataram ter e a participação efetiva na instituição. Além disso, foi notada uma maior participação das evangélicas em comparação às católicas. Isto reflete, a diferença nas concepções de identidade religiosa, mencionada anteriormente. Enquanto na Igreja evangélica, especificamente a pentecostal, há um esforço em dar visibilidade ao modo de ser que propõe e um maior controle dos adeptos em manter este padrão de vida. No catolicismo, os laços sociais são mais frouxos, o que permite que seus adeptos experimentem sua religiosidade de forma privada, em detrimento de vínculos regulares com a instituição.

Em relação à satisfação das entrevistadas para com sua participação na Igreja, doze informaram que gostariam de se dedicar mais às atividades do grupo religioso, sendo sete católicas e cinco evangélicas. O motivo mais freqüente para a insatisfação foi a falta de tempo para freqüentar o templo. Entre as que se diziam satisfeitas, quatro eram evangélicas, uma era católica e uma espírita. No caso das evangélicas a satisfação estava vinculada ao fato de que se dedicavam às atividades pastorais, enquanto para a católica e a espírita estava ligada com a forma privada e viver sua religiosidade.

Assim, foi possível admitir a diferença da concepção de participação entre católicas e evangélicas. Visto que para estas, participar significa estar envolvida em atividades pastorais, como grupos de jovens, de evangelização, de casais, entre outros. Enquanto para as primeiras, a participação pode estar relacionada a experiências mais esporádicas como casamentos, batismos e missas, sem que para isso, necessitem estabelecer vínculos com a Paróquia. Um exemplo disto está no fato de que seis jovens evangélicas apontaram dez atividades ligadas a Igreja em que estiveram engajadas, enquanto, apenas duas católicas participavam deste tipo de ações.

Diante disto, é possível notar dentre essas jovens os impactos das mudanças, referidas anteriormente, no campo religioso do país, ao mesmo tempo em que permanecem algumas

tendências. Isto porque, a relação entre a família e a religião ainda se mostrou presente, principalmente no que diz respeito à transmissão de valores e permanência na confissão religiosa transmitida pelos pais, demarcada pela influência da mãe. Concomitante a isso foi observada a dificuldade do catolicismo em manter as jovens afiliadas à religião, bem como, em manter as adeptas vinculadas à instituição. Ou seja, essas jovens não relacionam a experiência religiosa à participação na comunidade eclesial. O mesmo não ocorre quando se trata das jovens evangélicas, o que pode estar ligado ao processo de institucionalização, já que, este suscita um maior controle das lideranças religiosas evangélicas sobre seus fiéis.

Nesse sentido, se faz interessante observar se as jovens estão seguindo as normas das denominações religiosas no que se refere a temas amplamente controlados pelo cristianismo, ao mesmo tempo em que são pauta de discussão dos movimentos feministas na contemporaneidade. Assim, pretende-se analisar a influência dos valores religiosos nas opiniões e atitudes das entrevistadas, principalmente, interligando-os com suas interpretações e práticas sobre a relação de gênero.

### 3.4 – MORAL SEXUAL:

Enquanto a perspectiva feminista promove a igualdade entre os gêneros e a ampliação dos direitos sexuais fazendo com que estes, paulatinamente, sejam incorporados na sociedade mais ampla, as religiões cristãs tendem a promover um controle sobre as formas de seus adeptos exercer a sexualidade e a reprodução. Deste modo, se faz pertinente observar a visão das entrevistadas sobre o assunto, já que, foi notada em seus discursos uma oscilação entre os valores seculares e os confessionais em torno desta temática.

Novaes (2005) ao abordar a sexualidade na juventude, salienta que as normas religiosas em relação ao tema, não determinam a conduta dos jovens, sobre tudo, os católicos e evangélicos. Inclusive, considera estes os mais afinados ao padrão que é esperado para sua geração. Assim, para autora, o impacto das prescrições religiosas seria maior em relação à opinião sobre temas polêmicos, como serão abordados aqui.

Sobre esses padrões de comportamentos sexuais esperados da juventude pela sociedade em geral, Calazans (2005) afirma que estão vinculados às noções de desvio, imaturidade, irresponsabilidade, entre outras. Entretanto, ao abordar essa questão a partir das percepções dos jovens, a autora aponta que diante do lugar social em que vivem, a sexualidade não se apresenta como um tema central, já que, denotam mais interesse a assuntos como trabalho e educação. Além disso, considera que a exposição sobre o tema na mídia reflete muito mais a preocupação dos adultos em manter um controle da sexualidade juvenil, do que um reflexo das necessidades próprias dos jovens.

Se por um lado, há o imaginário da experiência sexual de forma irresponsável dos jovens, por outro, há um discurso progressista presente na sociedade de liberação sexual da mulher, em favor da ampliação dos direitos sexuais da mulher. Contudo, ainda prevalece o modelo de comportamento sexual tradicional, pautado na monogamia e heterossexualidade. (Chacham e Maia, 2004). Diante destes paradigmas é importante observar as percepções das jovens e suas atitudes sobre o assunto, levando em consideração a influência da Igreja.

Quando indagadas se concordavam com a afirmativa de que o homem deve ter mais experiência sexual do que a mulher, quase a totalidade das entrevistadas discordou. Dentre estas quatro, argumentaram que o casal deve ter a mesma experiência – três evangélicas e uma católica. Essa diferença em favor das evangélicas se manteve quando considerado o relato das entrevistadas que optaram por não ter vida sexual até o casamento, já que, cinco

evangélicas disseram que pretendiam se manter virgens até o matrimônio, enquanto apenas uma católica partilhou desta posição.

*“Os dois devem ter o mesmo nível de experiência. Eu valorizo e o meu namorado sabe disso, então uma coisa que eu sempre quis era casar com um homem virgem, porque tem aquela questão de você aprender junto e de construir a vida junto, né? Porque eu já escutei mulheres dizendo: ‘ah, o meu primeiro namorado foi melhor do que o segundo’. Ficam comparando as relações. Então eu acredito que tem que ser uma coisa igual. Se a mulher não teve nenhuma experiência, vai ser legal para os dois que ele também não tenha. Querendo ou não, isso é uma coisa biológica, acaba acontecendo. Então, se ele não souber, ele vai aprender como se faz e ela, a mesma coisa, e eu acho que os dois aprendendo juntos é bem melhor”* (T.C., 21 anos, evangélica)

Isto condiz, com a análise feita por Mafra (1998) sobre a pesquisa “Novo Nascimento”, na qual aponta uma continuidade dos evangélicos em relação à valorização da castidade até o casamento tanto para a mulher quanto para o homem. Assim, a autora reforça a noção de que este segmento promove a equidade de gêneros com base em valores tradicionais. Ainda sobre o exercício da sexualidade, apenas duas jovens vincularam a relação sexual a uma obrigação conjugal, como aponta N.L. de 22 anos e evangélica:

*“[a mulher] pode até se esforçar para tentar agradar o marido, mas se ela não quer, não quer! Não deve fazer por obrigação e sim por vontade”.*

Diante disto é possível pensar de que nesta temática prevalece entre a maioria das jovens as perspectivas seculares, entretanto, os valores religiosos exercem forte influência entre as evangélicas. A partir destas considerações, é válido apresentar as colocações das entrevistadas sobre o planejamento familiar, aborto e homossexualismo, considerando o fato de serem assuntos sobre os quais não há um consenso na sociedade. Nestes temas observou-se, uma maior presença do discurso religioso no posicionamento das jovens, principalmente por se tratar de aspectos vinculados diretamente à família e ao modelo preconizado pelo cristianismo.

Dentre estas temáticas, o Planejamento Familiar é o que mais está consolidado na sociedade, embora ainda seja reprimido pelas instituições religiosas, principalmente com relação aos métodos artificiais. Contudo, para as entrevistadas a Igreja não deve impor sua visão sobre o assunto. A maior parte das jovens considerou que a instituição religiosa poderia informar seus fiéis. Dentre estas duas afirmaram que a Igreja deveria se posicionar a favor da prevenção e uma afirmou que a mulher não deve seguir os direcionamentos religiosos. Este

fato reflete uma maior autonomia das jovens em relação a este assunto, a qual pode estar ancorada na difusão dos direitos reprodutivos pelos movimentos feministas, agências governamentais e a sociedade mais ampla, tal como dito a cima.

Já, no que se refere ao aborto, a maior parte das respostas apontaram para um conflito entre as prescrições da igreja e as opiniões destas jovens. Isto porque, nove entrevistadas – cinco evangélicas e quatro católicas – concordaram com o direito da mulher sobre a decisão de interromper ou não a gravidez. Embora, cinco entre estas tenham ressaltado a importância da prevenção. Nestes casos, a autonomia das jovens em relação às normas, tem explicações distintas para as católicas e as evangélicas. Isto porque enquanto a Igreja Católica proíbe seus adeptos de optarem pelo aborto, os evangélicos priorizam o “livre arbítrio”, o que faz com que os fiéis respeitem as escolhas feitas pelos indivíduos. Deste modo, é possível perceber que ao contrário das evangélicas, as jovens católicas que são flexíveis ao aborto são aquelas que menos possuem vínculos com a Igreja.

Além disso, oito – cinco evangélicas, duas católicas e uma sem religião – consideraram que deve ser uma decisão do casal, onde a lei não deve interferir. Entre as que concordam que o Estado deve intervir através da autoridade legal, cinco responderam que este deve atuar proibindo e duas consideraram que a lei deve servir como uma forma de controle, mas permitindo.

Ao serem questionadas sobre a lei do aborto no Brasil, doze jovens concordaram com a lei que está em vigor, três evangélicas acharam que deveria ser proibido em todos os casos, três católicas se posicionaram a favor da liberalização e uma não quis opinar. Faz-se interessante destacar que as jovens que concordaram com a liberalização do aborto são católicas e estavam cursando o ensino superior, o que poderia ter influenciado, como aponta o depoimento de C.F., 21 anos e aluna do curso de enfermagem. A entrevistada afirmou que o aborto poderia deixar de ser crime desde que realizado até a quarta semana de gravidez. Para justificar sua opinião, C. F. disse:

*“O conceito não está completamente formado. Você não tem um coração. O sistema circulatório da criança se forma nas seis semanas. Nas quatro primeiras semanas ainda tá um processo, um desenvolvimento menos lento. Aquele conceito ainda não adentrou, ainda não se fixou completamente, assim, a ponto de levar um trauma maior naquela mulher, a ponto de [a] colocar em risco”.*

Quando se referiu à questão da homossexualidade, observou-se uma certa tolerância das entrevistadas em relação ao assunto, contudo, isso não eliminou a concepção da relação homossexual como uma prática desviante, já que, a maioria das jovens declarou que a Igreja deve aceitar os homossexuais, mas orientando-os sobre sua concepção, como expôs, Y. C. de 21 anos e evangélica:

*“Eu acho que ela [A Igreja] deve pregar, mostrar o que verdadeiramente tá escrito, que tá dentro da Bíblia mesmo. Como vou te explicar... Ela deve impor, mas não deve querer mudar mesmo a situação porque o que está feito, já tá feito. E eles não vão mudar por causa disso. Eu acho que... assim, o homossexualismo deveria ser mais aceito nas Igrejas, pode até impor a visão dela, mas nada que discrimine o homossexual”.*

Nesta temática, assim como no aborto, foram aquelas que possuíam vínculos institucionais enfraquecidos que se mostraram mais liberais, visto que, afirmaram que a Igreja deve apoiar os homossexuais contra o preconceito. Já a posição mais radical contra o homossexualismo foi identificada entre as evangélicas:

*“A Igreja tem que ser contra, porque na Bíblia se mostra, várias vezes, contrária ao homossexualismo e se a Bíblia é contra e a igreja segue a bíblia, ela também tem que ser contra. A Igreja deve impor a sua visão aos fieis e se eles se sentirem bem assim, tudo bem. Mas se eles não quiserem se sujeitar as normas da Igreja, eles que parem de freqüentar. Agora já tem algumas igrejas que estão aceitando os homossexuais, o que eu não entendo. Porque a Bíblia condena o homossexualismo e a Igreja tem que seguir isso” (N.L., 21 anos).*

Sobre os assuntos considerados polêmicos, Godinho (2004) considera que há uma resistência, devido à dificuldade das pessoas, e das mulheres em específico em aceitar questionamentos sobre aquilo que já é instituído. A autora aponta, ainda, para a tendência de as mulheres jovens melhor aceitarem as mudanças sociais, o que também ocorre quando se trata de um maior nível de escolaridade. Entre as entrevistadas estes fatores se mostraram mais presentes entre as católicas do que as evangélicas, tendo em vista, que estas se encontram mais afinadas a perspectiva religiosa. Além disso, houve maior distância entre as opiniões das jovens e as normas da Igreja, quanto maior a discussão e legitimação do tema na sociedade.



## 4 – REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO:

### 4.1 – O MUNDO DA CASA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:

Como foi exposto anteriormente, o modelo de família burguesa e patriarcal impõe papéis diferenciados para o homem e para a mulher. Além disso, impõe uma hierarquia entre os gêneros, condicionando a esfera privada a uma invisibilidade social. Nas últimas décadas, o âmbito privado vem sendo desvendado através de alguns fatores, como os movimentos feministas. Sobre isso, Sorj considera que as perspectivas de igualdade de gênero neste campo estão subordinadas ao contexto em que estão inseridas. No Brasil, as transformações ocorridas na divisão das esferas entre os gêneros são decorrentes do *”acelerado processo de urbanização, [do] aumento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente das mulheres casadas e mães, [do] rápido avanço da escolaridade feminina e a intensa queda da taxa de fecundidade”* (2004, pp. 109).

Contudo, os valores patriarcais tradicionalmente difundidos na sociedade se perpetuam, concomitantes a estas transformações. Para a autora, a discussão sobre a relação entre a *esfera da produção* e a da *reprodução* no final do século xx, possibilitou a abordagem de que a responsabilidade da mulher pelo âmbito doméstico, discrimina e limita sua participação no mercado de trabalho. Apesar disso, a permanência de tais entraves que restringem a participação da mulher no espaço público, acaba por reforçar o ideário socialmente construído de que a mulher deve priorizar a esfera doméstica.

Sobre isso, Saffiotti, reportando a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, salienta que somente 5% das mulheres têm consciência das discriminações e da posição inferior a que são submetidas. Assim, a autora destaca que as mulheres interpretam os papéis que lhe são impostos a partir do enfoque dominante. Nas palavras da autora *“as mulheres parecem haver absorvido a consciência do colonizador e, por comodismo, embora repelente, mantiveram suas condutas colonizadas”* (2004, pp. 47).

Entretanto, no caso das jovens aqui entrevistadas, foi possível observar uma tendência à ruptura com este padrão de reprodução do modelo patriarcal. Embora denotem uma diferença entre o campo do discurso e da atitude, as jovens se mostraram cientes das desigualdades entre os homens e mulheres, ao afirmar que as diferenças entre os gêneros são oriundas da “educação” recebida. Deste modo, ao ser discutida a divisão sexual do trabalho, é

preciso considerar as diferenças entre as opiniões que estão presentes no relato das jovens e suas práticas. Para isso, foi considerada a totalidade da amostra para observar as percepções sobre o assunto, sendo estas confrontadas com as atitudes apontadas pelas três jovens que vivem uma relação conjugal.

Foi possível observar nos discursos das jovens um questionamento da concepção dual, onde cabe ao homem ser o chefe da família, sendo responsável em prover a renda e à mulher cabe o gerenciamento da casa e a educação dos filhos. Contudo, também foi possível notar continuidades, principalmente, no que se refere à associação do feminino ao cuidado com as crianças.

Ao ser abordada a divisão de tarefas no lar, a maior parte das jovens considerou que os homens poderiam participar do trabalho doméstico, justificando que a isenção dos homens de tais tarefas é fruto da educação e de valores culturais, e a sua inserção se deve à entrada da mulher no mercado de trabalho. Sobre a participação do homem L.S., 29 anos, disse:

*“Eu acho que é essencial, tem que ajudar, entendeu? O casal hoje, a família se modificou, modificou porque a mulher já ajuda no orçamento. Então o homem tem que ajudar em casa. Antigamente o homem trabalhava e a mulher ficava com os afazeres domésticos, hoje a mulher sai para trabalhar e ajudar nesse orçamento, ajudar na parte financeira, então o homem ao chegar em casa não pode sentar no sofá para assistir jornal. Ele tem que ajudar, ele deve! Mas, eles estão aceitando isso melhor, porque se eu estou saindo pra ajudar de uma outra forma, ele tem que ajudar também, porque se não, a mulher não consegue, ela fica muito cansada”.*

Por outro lado, três jovens – duas católicas e uma evangélica – consideraram que a mulher está mais apta a desenvolver estes trabalhos do que o homem. No caso das casadas, duas apontaram que a ajuda do homem é importante, apesar de eles não aceitarem essa idéia. Apenas uma informou que recebe a ajuda do esposo.

Quando se tratou da responsabilidade por essas tarefas, a maioria das jovens considerou que poderia ser dividida entre o homem e a mulher, sem ser diferenciadas as opiniões das solteiras e casadas. Contudo, cinco afirmaram que na prática acaba se tornando responsabilidade da mulher. As posições mais conservadoras, ficaram por parte da jovem sem religião e de P.C., católica de 25 anos:

*“Os dois trabalhando fora nada mais do que justo a tarefa ser dividida, agora eu não acho justo o homem tá dentro de casa tendo o que fazer, e a mulher na rua, tendo esse negócio de trabalhar. Eu sou muito franca, eu acho que devido a algumas emancipações... Antes a mulher ficava em casa e o homem cuidava do sustento. Mas, se você for observar o número de separações e de divórcio, filhos*

*perdidos, o índice era bem menor do que hoje em dia. As coisas estão assim, se invertendo, de certa forma, [por] que isto tem super a ver também né?”.*

Diante disto se faz interessante conhecer a opinião das jovens em relação à responsabilidade do homem em prover o sustento da família. Dez jovens – cinco católicas, quatro evangélicas e uma espírita – afirmaram que está não é uma obrigação do homem. Enquanto, oito – cinco evangélicas, duas católicas e uma sem religião – afirmaram ser seu dever, com três pautando-se na concepção Bíblica e duas considerando que nem sempre isto é possível devido a dificuldades financeiras. Nesse sentido, é interessante expor que a condição financeira do casal se constituiu um importante fator para que essas jovens entendessem como legítimas, a inserção na mulher no mercado de trabalho e sua participação no orçamento doméstico.

A questão financeira também foi uma das principais justificativas, quando foi perguntado às jovens se escolheriam priorizar sua inserção no mercado de trabalho ou o cuidado com a família. Doze entrevistadas – seis evangélicas, quatro católicas, uma espírita e uma sem-religião – informaram que pretendiam valorizar o emprego, por considerar importante sua contribuição para o sustento da família. Além disso, a maioria enfatizou a importância empregada pela sociedade às mulheres que são independentes. Cinco jovens pretendiam conciliar as duas esferas, apenas uma jovem evangélica disse colocar o cuidado com a família em primeiro plano e uma jovem preferiu não responder.

As jovens casadas, também priorizavam a profissão, contudo, nestes relatos foi possível observar a diferença entre as aspirações e as experiências das jovens, visto que apenas uma trabalhava, enquanto uma estava desempregada e a terceira havia parado de trabalhar:

*“Se eu pudesse escolher eu preferiria ter meu trabalho, sair pra trabalhar fora de casa. Mas, no momento, agora eu não tô trabalhando mais por causa da neném, que tá muito novinha. Mas, eu pretendia ainda, voltar a trabalhar fora. Se Deus quiser!” (A.G, 25 anos, uma filha)*

Quando indagadas se as mulheres que possuem filhos pequenos devem ficar em casa, enquanto o homem trabalha, quatorze jovens – oito evangélicas, quatro católicas, uma espírita e uma sem religião – responderam positivamente. E apenas três jovens – duas evangélicas e uma católica – consideraram que isto não é uma obrigação somente da mulher, mas que deveria ser partilhada com o companheiro e/ou pai da criança.

Sorj (2004) afirma que a afinidade das mulheres às concepções igualitárias está presente em seus discursos quando se trata do trabalho doméstico. Contudo, quando se trata do cuidado com os filhos, as mulheres tendem a reportar a dicotomia já instituída.

Considerando apenas as respostas das casadas, duas jovens afirmaram que o ideal é que a mãe cuide dos filhos quando pequenos, e uma enfatizou a necessidade da mulher sentir-se importante, através do trabalho remunerado. Assim, é possível pensar que as condições objetivas das jovens nem sempre lhes permitem vivenciar o que consideram melhor. Isto porque, M.C., trabalha embora entenda que o ideal seja cuidar dos filhos, J.G., cuida dos filhos apesar de ter como ideal seu reconhecimento através do trabalho.

Uma outra contradição entre valores e atitudes foi possível observar quando se tratou do lugar do homem na família. A maioria das jovens solteiras delegou o posto de chefe da família ao pai, sendo cinco evangélicas e três católicas. Cinco jovens não tinham em suas residências a figura do pai. E apenas três jovens – duas católicas e uma evangélica – consideraram que o pai e a mãe desempenhavam tal papel em conjunto. Neste caso, o posicionamento das jovens casadas, representou um confronto com o ideário hegemonicamente constituído. Isto porque, embora tenham atribuído o cargo de chefe da família ao esposo, o fizeram com questionamento, afirmando seu lugar:

*“Até pelo fato dele ser pai de família, acho que é mais uma questão de...Sei lá, de querer que seja, de querer ser também porque não tem essa história de que o homem é sempre o ‘cabeça da família’ que às vezes não rola”.(J.G., 21 anos)*

#### **4.2 – FORMAS DE SOCIABILIDADE:**

Para Brenner, Dayrell e Carrano (2005) as formas de passar o tempo livre do jovem representam, prioritariamente, as formas e o significado de experimentar sua juventude, tendo em vista que se torna um espaço de escolhas e liberdade. Ao mesmo tempo, servem de base para a construção da identidade individual e coletiva. Contudo, as formas de ocupar o tempo livre nem sempre representam lazer, bem como, são condicionadas a questões financeiras e ao capital cultural de cada indivíduo. Também, como determinante está o acesso às atividades culturais e/ou esportivas, já que, estas não atendem a demanda das camadas populares do Estado, em número de equipamentos. Nesse sentido, se faz pertinente conhecer das formas de lazer e de participação em redes associativas das entrevistadas.

No que se refere às atividades que exercem em seus tempos livres, as formas de lazer mais lembradas em ordem decrescente foram: assistir televisão; ir ao cinema; dormir; sair com os amigos; sair com a família e ir à praia. Em se tratando das católicas citaram com maior frequência ir ao cinema, sair com os amigos, ir à praia e assistir televisão. Já as evangélicas preferiam dormir, sair com a família e assistir televisão. Assim, enquanto as católicas desenvolvem atividades mais voltadas para redes sociais mais amplas, as evangélicas preferem se ater a redes mais estreitas como a família e a Igreja.

Nesse sentido, a Igreja se torna um importante espaço de sociabilidade para este grupo, já que apenas as evangélicas citaram a ida a Igreja como forma de lazer, como apontou, T.B., 17 anos:

*“Eu adoro ir pra Igreja. Todos os meus amigos estão aqui, aí eu vejo todo mundo. Sempre tem alguma coisa que eu gosto, sempre tem uma palavra que serve pra mim, pode ser nada, uma coisinha boba, mas vai lá e serve pra mim”.*

Além disso, a leitura da Bíblia foi citada apenas por evangélicas, o que pode exemplificar a ênfase dessa confissão no livro Sagrado, em detrimento de laços institucionais. Entre as casadas, foi possível verificar que o lazer foi substituído por atividades que envolvem o cuidado com a casa e com a família.

Sobre isso, Porto considera que a responsabilidade da mulher sobre o cuidado com a casa e com os filhos, além da dupla jornada de trabalho, irá refletir nas formas de exercício do tempo livre. Junto com isso, estão as condições em que estas mulheres vivem, já que, vivem em lares permeados de dificuldades, como violência, gravidez precoce, desemprego e dificuldades financeiras (2005, pp. 141). É interessante expor que embora estas estivessem insatisfeitas, elas aceitavam como se fosse parte de seu papel como mãe.

*“É, aí não tô [satisfeita], não. Acho que poderia aproveitar de uma maneira melhor. Sair, ir a um bar, alguma coisa assim, mas não dá. Mas, tá bom também. Não tá bom, mas também não tá ruim”. M.C., 24 anos.*

Contudo, não foram apenas às casadas que se encontravam insatisfeitas com as maneiras que ocupavam o tempo. Entre as solteiras, oito evangélicas e duas católicas, afirmaram que gostariam de aproveitar mais o tempo, o que pode estar relacionado ao fato de as jovens almejarem novas formas de lazer, embora não disponibilizem de *tempo* ou dinheiro para tal. A insatisfação das jovens vai de encontro às considerações feitas por Porto referentes à pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, onde a maioria das mulheres

disse estar satisfeita com seu tempo livre, sendo isto interpretado pela autora como consequência da distância em que os bens culturais estão da realidade dessas mulheres, tendo como variável importante o grau de escolaridade. Assim, a insatisfação das jovens também pode estar relacionada com o aumento do nível de escolaridade, que lhes permite um maior entendimento sobre a discrepância entre os bens culturais que existem e suas possibilidades de acesso.

Quanto à participação em redes associativas, verificou-se que doze jovens participavam ou já havia participado de alguma ação ou movimento social. Os trabalhos voluntários e o engajamento em campanhas de arrecadação foram as atividades mais indicadas, com as evangélicas revelando maior propensão à participação, por influência da Igreja.

### 4.3 – PAPEL DA MULHER NA IGREJA:

A religião se constitui um lugar legítimo de participação da mulher no âmbito público, contudo, sua gerência historicamente se detém aos homens. Na Igreja Católica, ainda existe uma forte diferença hierárquica entre o papel masculino e o feminino, uma vez que as mulheres não podem assumir cargos eclesiais como sacerdotisas, bem como, não podem ministrar sacramentos.

Já a Igreja Evangélica, há uma perspectiva mais individualista e liberal, o que culmina em uma aceitação da igualdade entre homens e mulheres. Com base nisto, paulatinamente vem sendo estabelecida a participação feminina na hierarquia, embora o faça prioritariamente através de mulheres de pastores. Assim, o sacerdócio feminino é interpretado por Machado (2005) como uma estratégia adotada pelas denominações pentecostais, diante da disputa religiosa e pelo número pequeno de sacerdotes do sexo masculino, o que permite continuidades em relação à subordinação da mulher ao homem.

Sobre isso, Machado considera que

*se por um lado o crescimento das ordenações femininas sugere uma sensibilidade da liderança masculina com os processos de revisão do lugar social das mulheres na sociedade contemporânea, por outro percebe-se resistências à autonomia feminina e, conseqüentemente, dificuldades em implementar uma política mais equitativa de administração da denominação (2005).*

Assim, ao serem questionadas sobre a distribuição do poder e o papel da mulher na estrutura eclesial, a maioria das entrevistadas ressaltou a importância da mulher dentro da Igreja, considerando que a mulher poderia assumir cargos hierárquicos. As exceções foram duas católicas, que consideraram que a inserção das mulheres deve ser restrita. Para explicar suas afirmações a maioria das jovens fez referências a qualidades ou ações ditas femininas, como pode ser observado no discurso a seguir:

*“Atualmente na Igreja, no geral, o papel da mulher tá sendo bastante valorizado, anos atrás não foi assim, acho que por ser preconceito da sociedade, que a Igreja está inserida na sociedade, mas hoje em dia a gente vê mais e mais o papel da mulher sendo reconhecido, eu acho que tá no mesmo patamar de importância que o papel dos homens, tanto que antigamente só existiam pastores homens, hoje em dia você vê pastoras mulheres, cada vez mais crescendo e você chega até ver, no caso, quando tem dois pastores - um pastor homem e uma pastora - você vê até a mulher exercendo um papel acima do homem, devido os fiéis tarem atribuindo mais confiança a ela” (J.C. 22 anos, evangélica)*

Esta fala também pode elucidar o vínculo às características atribuídas ao homem e a mulher no que diz respeito às opiniões das jovens sobre a atuação das mulheres no pastorado. Isto porque, sete jovens – três católicas, duas evangélicas, uma sem religião e uma espírita – consideraram que seria melhor se os homens permanecessem na liderança, alegando que estes têm maior autoridade. Enquanto três jovens – duas evangélicas e uma católica – afirmaram que seria melhor se houvesse mais mulheres em postos eclesiais, por serem mais sensíveis e serem boas no que fazem.

Estas respostas apontam para a distância das doutrinas religiosas do ideário de equidade entre os gêneros na estrutura eclesiástica. Contudo, sete entrevistadas afirmaram não existir distinção entre os gêneros, sendo cinco evangélicas e duas católicas. A maior propensão das evangélicas em aceitar a paridade entre homens e mulheres pode estar vinculada à perspectiva liberal a que a denominação se alinha.



#### 4.4 – PERCEPÇÃO DA POLÍTICA:

Godinho (2004) aponta que a participação da mulher no espaço público de forma legítima começou a se tornar visível a partir da mobilização de movimentos feministas, que previam mudanças culturais no que se refere a relação de gênero. Assim, a autora considera que as questões levantadas por esses movimentos, estão presentes na atualidade, no cotidiano das mulheres, e mais especificamente, nas suas concepções de política. Ao comentar a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, a autora levanta questões interessantes, que serão relevantes comparar com a análise feita aqui.

Inicialmente, a autora destaca que as mulheres atingidas pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo, atribuem importância à política. Número que aumenta de acordo com o nível de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Isso também pode ser considerado quando se trata das jovens abordadas por este estudo, tendo em vista, que a universidade se apresentou como uma importante influência para o envolvimento das entrevistadas com a temática, já que as jovens que estavam cursando ou cursaram o ensino superior foram as que mais mostraram interesse pelo assunto.

Entretanto, foi possível verificar um distanciamento das jovens em relação ao assunto. Isto porque, nove entrevistadas apontaram que não se informavam ou conversavam sobre o tema. O que é interpretado por Godinho como um traço da cultura política do país, que se mantém afastada das questões políticas, bem como, possui reduzida mobilização através de movimentos sociais ou organizações políticas.

Essa desmobilização também se fez presente entre as jovens, uma vez que, apenas duas afirmaram ter feito trabalho voluntário para vereadores, sendo estas formas de retribuir favores. Além destas, duas entrevistadas mencionaram ter pedido a ajuda a políticos sendo estas: pedido de emprego e atendimento de saúde. Isto denota uma outra característica da cultura política no Brasil referente ao clientelismo, que se encontra presente, principalmente, entre as classes mais pobres.

Sobre o vínculo da Igreja com a política eleitoral, dez entrevistadas – seis evangélicas e quatro católicas – foram contra justificando que “*política e religião não se misturam*”. Além disto, cinco jovens abordaram que o envolvimento da Igreja pode influenciar os votos de seus fiéis, como apontou, T.B. evangélica de 21 anos, sobre o comparecimento de políticos na igreja:

*“Por muitas pessoas que fazem parte da Igreja serem alienadas, elas vão acabar associando uma coisa a outra e podem votar nos políticos errados. Acontece de a Igreja induzir o voto dessas pessoas. Não é a melhor forma, você pode até influenciar as pessoas a votarem nos seus candidatos, mas ela sabendo o porquê. Eu acho que você levando um político pra dentro da Igreja, você acaba influenciando de uma forma negativa o voto das pessoas e o templo não é para fazer campanha política, a gente tá ali pra louvar a Deus, não pra ficar ouvindo políticos. Eles têm que fazer a campanha deles no lugar adequado”.*

Entretanto, sete jovens concordaram com esse tipo de vínculo – três evangélicas, três católicas e uma espírita. É pertinente expor que quatro, dentre estas, salientaram que a participação de políticos na Igreja pode orientar os fiéis e três ressaltaram a importância de candidaturas que sejam confiáveis e contribuam para a Instituição. Quando confrontados, estes discursos apontaram uma distinção na concepção de política entre a Igreja Católica e a Evangélica. Isto porque, enquanto a primeira entenderia a política diretamente relacionada à assistência e a ajuda, a segunda veria neste espaço uma das formas de afirmar seus valores no âmbito público.

No que diz respeito à participação feminina na esfera política, a maioria das entrevistadas foi favorável a citação que considerava a mulher preparada para governar a cidade, o estado e o país. Apenas duas jovens afirmaram que o governo deve ser responsabilidade do homem – uma sem religião e uma evangélica. Isto confirma a interpretação de Godinho de que as mulheres jovens tendem a aprovar mais, o desempenho da mulher na política.

As respostas obtidas sobre a comparação entre a atuação do homem e a da mulher estão consonância com estas opiniões. Tendo em vista, que a maioria das jovens – seis evangélicas, três católicas e uma espírita – consideraram que não há distinção entre homens e mulheres em cargos políticos, entendendo como principais características para tais cargos: integridade, honestidade e caráter. Além destas, seis jovens consideraram que a mulher seria mais preparada do que os homens para estes cargos, utilizando como justificativa os seguintes atributos: sensibilidade, inteligência, sinceridade, capacidade de administração e determinação.

Desta forma, foi possível constatar que o gênero não se colocou como uma variável fundamental para a maioria das jovens, como aponta P.B., de 21 anos:

*“Eu acho que não existe mais aquela desigualdade entre homem e mulher. Se o homem está preparado, por que a mulher não está? Acho que falta é oportunidades. Ainda há muito essa discriminação: ‘mulher não entende de política, mulher não*

*tem pulso firme'. E, por isso, elas não têm essa oportunidade. Acho que elas estão preparadas".*

A partir deste exemplo, é possível salientar que as jovens se mostraram mais receptivas à participação da mulher no âmbito da política do que na religião. Uma justificativa seria a luta dos movimentos feministas em promover e garantir a participação das mulheres no espaço público, o que está sendo consolidado através de políticas afirmativas que garantem à mulher tal participação. Enquanto nas instituições religiosas ainda é mantida a concepção tradicional de que a mulher deve ser submissa ao homem. Contudo, entre as jovens ainda esteve presente o discurso que diferencia o modo de ser homem e ser mulher, com valorização das características femininas.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando as mudanças em curso nas configurações religiosas e nas relações de gênero, interpretadas pelo senso-comum como tendências opostas, este estudo procurou verificar os impactos de alguns de seus aspectos entre os segmentos jovem, feminino e pobre. Para isso, foi considerada a ambigüidade entre o “ser mulher” e o “ser jovem”. Isto porque as mulheres, tradicionalmente, são socializadas com base em um modelo cristão pautado na submissão e na renúncia de si em favor da família e das condições que a sociedade lhes impõe. Por outro lado, os jovens são valorizados por sua vitalidade, liberdade e pelos novos significados que atribuem à conjuntura em que estão inseridos.

Assim, se tornou relevante analisar o nível de influência que os valores exercem sobre as jovens de camadas populares, posto que, potencialmente, estas romperiam com os valores religiosos e familiares em favor dos seculares, em específico os feministas, ao mesmo tempo em que reproduziriam os valores tradicionais, devido a sua posição, desfavorável na sociedade. Foi considerada como justificativa para a disposição das jovens em romper com os valores que lhes são transmitidos à consolidação na sociedade de aspectos reivindicados pelos movimentos feministas. Considerou-se ainda, que o distanciamento dessas jovens dos valores tradicionais poderia estar relacionado à ascensão social em relação a suas mães. Além disso, com o acesso a diferentes vias de informação, bem como, através do processo de pluralismo religioso, as jovens poderiam apresentar diferenças significativas em relação à confissão religiosa de suas mães, bem como as suas formas de vivenciar a religiosidade.

Nesse sentido, no segundo capítulo, se fez pertinente discutir as configurações de identidade feminina e religião no país, considerando as especificidades que envolvem as mulheres de classes populares e a juventude. A partir da concepção de divisão sexual do trabalho e do modelo de família instituído, foi salientada a hierarquia que envolve a relação de gênero, principalmente, no que se refere às camadas populares. Diante disto, foi possível considerar as mudanças nestes padrões causadas pelas reivindicações dos movimentos feministas e pelas novas configurações da religião no país.

Neste campo, foram ressaltadas as tendências de institucionalização e pluralismo religioso apontando que, embora pareçam contraditórias, ambas fomentam o mercado religioso, bem como, novas formas de religiosidade. Além disso, é importante destacar que estes processos atingem de maneiras diferentes os segmentos da sociedade. No que se refere

aos impactos da ênfase na instituição religiosas nas camadas populares, foi destacada sua capacidade de adequar às mudanças da sociedade mais ampla à realidade das minorias, principalmente, a das mulheres de classes populares. Isto por que, através do reforço à autonomia, promove a independência da mulher e redefine os papéis de gênero.

Contudo, a redefinição da relação de gênero através do pentecostalismo, ocorre por conta da ênfase nos valores familiares e no padrão de sociedade baseado nestes valores, em geral, atribuídos à mulher. O que o distancia da equidade de gênero reivindicada pelos movimentos feministas, já que, enquanto estes preconizam a ampliação de direitos da mulher, os primeiros sugerem subordinação tanto da mulher quanto do homem ao modelo de família cristão.

Diante desses dois modelos de relação de gênero presentes na sociedade, foi realizada uma breve discussão sobre juventude a fim de melhor compreender seus impactos neste segmento. Para isso, destacou-se a definição de geração como construção social a partir de experiências coletivas, o qual atribui importância às peculiaridades das práticas próprias dos indivíduos, desenvolvidas através dos aspectos que os permeiam, tais como classe, gênero e religião. A partir disso, foi salientada a heterogeneidade que envolve o segmento jovem, já que, além de representar uma classe de idade ou um período do ciclo de vida, a juventude implica em práticas específicas que serão determinadas pelo contexto que estão inseridos e que irão influenciar nas formas de percebê-la e vivê-la.

Tendo em vista o objetivo do estudo, considerou-se importante discutir como os jovens estão alocados nas mudanças no campo religioso. A comparação entre o perfil traçado pela pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” e o “Atlas da Afiliação Religiosa”, permitiu verificar que entre os jovens, há um maior incidência do pluralismo religioso. Em se tratando dos jovens vinculados à instituição religiosa destacou-se a similaridade entre o catolicismo e o pentecostalismo, já que, ambos atingem em maior número às jovens mulheres de camadas populares.

A partir dessas considerações, no terceiro capítulo foram apresentados os aspectos que envolveram este estudo, enfatizando sua natureza qualitativa, o que permitiu observar com maior clareza as influências das mudanças sociais no cotidiano das jovens entrevistadas. Foi exposto o perfil sócio-educacional considerando-se o fato de que eram provenientes de classes populares. Com isso, foi observada a mobilidade social dessas jovens em relação a suas mães, através da entrada na Universidade. Entretanto, a preferência por cursos referidos socialmente

às mulheres sugeriu que, se por um lado há uma propensão dessas jovens em provocar discontinuidades em relação a experiências de suas mães, por outro, suas práticas ainda são motivadas pelos valores tradicionais que lhes foram transmitidos. Para melhor entender a influência dos valores familiares e religiosos nestas jovens, foram analisadas suas trajetórias familiar e religiosa.

A princípio, foram mapeadas as pertencas religiosas das entrevistadas, considerando que eram oriundas de famílias com mães católicas ou evangélicas. Foi considerada a religião de seus pais, o que indicou a importância da família na transmissão dos valores religiosos, sobretudo, quando os cônjuges professam a mesma religião. Além disso, os familiares foram apresentados como os principais responsáveis pela adesão religiosa. Concomitante a importância da família, entre essas jovens também foram observadas alguns exemplos das tendências sociais, como o declínio do catolicismo em favor dos grupos pentecostais e a presença do hibridismo religioso.

No que se refere às formas de viver a religião, foram observadas diferenças entre as jovens evangélicas e as católicas, o que pode estar relacionado às maneiras de entender a identidade religiosa nestas confissões. Isto porque, devido ao reforço à instituição preconizado pelos pentecostais, em suas denominações há um maior controle para que os fiéis mantenham o modo de ser evangélico através de suas experiências na própria instituição. Por outro lado, a hegemonia católica não permite que esta instituição exerça um controle rígido sobre seus fiéis, o que permite que as jovens se definam como católicas, sem que para isso exerçam práticas vinculadas à instituição.

Para melhor entender se as mulheres jovens estão afinadas as perspectivas feministas ou se tendem a pautar suas experiências a partir dos valores religiosos, ainda neste capítulo, foi abordada a opinião das entrevistadas sobre a moral sexual. Isto porque, foi considerada uma das temáticas em que as Instituições religiosas mais se contrapõem às proposições dos movimentos feministas. A análise envolveu as percepções sobre o exercício da sexualidade, aborto, planejamento familiar e homossexualidade, abordando o papel da instituição religiosa, em relação a estes assuntos.

No que se refere ao exercício da sexualidade as jovens apresentaram uma visão de equidade entre os gêneros. Entretanto, enquanto as católicas se mostraram mais afinadas as perspectivas feministas de liberação sexual para ambos os sexos, as evangélicas estavam mais afinadas a visão da Igreja de valorização da castidade antes do casamento. Isto foi relacionado

ao que Mafra (1998) afirmou sobre a pesquisa “Novo Nascimento”, na qual se refere à valorização da virgindade por este segmento.

A distinção entre católicas e evangélicas também se fez presente em relação a temas considerados mais polêmicos, como o planejamento familiar, o aborto e a homossexualidade. Nestes temas foi possível observar que enquanto as evangélicas tendem a concordar com as normas da Igreja, inclusive respeitando a liberdade de escolha dos indivíduos e a legislação em vigor, as católicas apresentam-se mais afinadas as perspectivas feministas e da sociedade mais ampla, o que pode ser relacionado à baixa participação dessas jovens na instituição religiosa.

Além disso, a discussão dos temas na sociedade em geral poderia gerar uma tendência das jovens em aceitá-los, mesmo que não estejam de acordo com suas práticas, tais como no caso do aborto e do homossexualismo. Em relação ao aborto, a visão progressista das entrevistadas estava relacionada à liberdade de escolha individual, no caso das evangélicas, e da flexibilização das normas da Igreja por parte das católicas. Já no que se refere à homossexualidade houve uma maior coesão entre as respostas das jovens católicas e evangélicas em considerar que eram práticas desviantes, mas que seus adeptos não deveriam ser excluídos, e sim, doutrinados.

Nesse sentido, discutiu-se as percepções das entrevistadas sobre as representações de gênero, principalmente no que diz respeito à participação da mulher no espaço privado e no público. Considerou-se o fato de se tratar de uma questão já naturalizada pela sociedade, e que vem sendo desconstruída paulatinamente através das conquistas das mulheres e redefinição dos modelos familiares. Assim, ao observar essas tendências através da separação entre a opinião das jovens e suas atitudes, especificamente entre as que mantêm relação conjugal, foi possível interpretar que estas são conscientes das desigualdades em relação aos gêneros, embora perpetuem algumas dessas diferenças.

Além disso, se faz importante considerar o fato de que embora a maioria das jovens ter informado priorizar o trabalho remunerado, também a maioria foi favorável à interrupção do mesmo para o cuidado com filhos pequenos. Mesmo neste caso, o fator diferencial para que aceitassem as práticas igualitárias na divisão sexual de gênero foram as condições objetivas do casal. Isto ficou claro entre as casadas, já que apontaram para a dificuldade em manter suas concepções, bem como houve um questionamento de seu lugar no interior da família, ao questionar a posição do homem como chefe.

Também foi possível notar diferenças entre as opiniões das jovens católicas e evangélicas, quando se trata do âmbito público. Enquanto para as evangélicas a participação religiosa esteve presente em todos os âmbitos, as católicas se mostraram mais receptivas a atuação esperada pelos meios seculares. Essa diferença foi observada primeiramente nas formas de sociabilidade das jovens, já que, as evangélicas se referiram a atividades voltadas para a família e a Igreja, e as católicas à atividades voltadas a redes sociais mais amplas.

Com isso, é possível concluir que as jovens católicas tendem a aceitar as perspectivas da sociedade secular, muitas vezes discordando das prescrições da doutrina religiosa. As jovens evangélicas, tendem a ter uma maior afinidade com a doutrina que seguem. Isto pode estar relacionado a três fatores: a maior capacidade destas denominações em exercer controle sobre seus adeptos; a sua propensão em se adequar às mudanças sociais em curso; e a ênfase no livre arbítrio de seus fiéis, principalmente em relação a questões de controle de natalidade. Além disso, entre as jovens evangélicas observou-se que o vínculo religioso permeia todos âmbitos de suas experiências, o que ocorre com menor frequência entre as católicas.

Diante disso, é importante expor que a diferença entre os discursos das jovens evangélicas e católicas perpassou todos os temas abordados. Principalmente em questões consideradas polêmicas e que ainda não estão consolidadas na sociedade. Com isso, é possível pensar, que antes de discutir se as jovens estão alinhadas a perspectivas tradicionais ou progressistas, é preciso considerar a inter-relação dos valores que influenciam em sua formação, uma vez que, estes encontram-se simultaneamente presentes na sociedade.



### Referências Bibliográficas:

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005, pp. 37-72.
- ALVES, Andréa Moraes. Mulheres, Corpo e Performace: A construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbana. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Famílias e gerações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 01, pp. 67-88.
- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à Cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) **Escritos de Educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 39-64.
- CALAZANS, Gabriela. Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para reflexão. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005, pp. 215-242.
- CHACHAM, Alessandra Sampaio e MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 75-86.
- COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHESVIKY, A. et ali. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Pp. 23-43.
- FERNANDES, Rubem César et al. **Novo Nascimento: Os evangélicos em casa, na Igreja e na Política**. Rio de Janeiro: Manad, 1998. 202pp.
- GODINHO, Tatau. Democracia e Política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de Orgs.) **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 149-160.

- JACOB, César Romero et al. **Atlas da Filiação Religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2003 pp 240
  
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Famílias e gerações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 01, pp. 17-38
  
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas: Autores Associados, 1996. 221p.
  
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Religiões Tradicionais e novas formas de experiências religiosas. In: LIMA, Lana Jorge da Gama, et. ali.(Org). **História e Religião**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002. pp. 145-156.
  
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais**. Revista. Estudos. Feministas. Rio de Janeiro: v.13, n.2, agosto 2005. pp.387-396.
  
- MAFRA, Clara. A opinião dos evangélicos sobre o aborto. In: FERNANDES, Rubem César et al. **Novo Nascimento**: Os evangélicos em casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro: Manad, 1998. pp. 224-250
  
- MAFRA, Clara. **Os Evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2001. 88 pp.
  
- MARIZ, Cecília Loreto e MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostalismo e a redefinição do Feminino. **Revista Religião e Sociedade. Pentecostes e a Nova Era: Fronteiras, Passagens**. Rio de Janeiro, v.17, n.1-2, agosto.1996. Pp. 140-159.
  
- MARIZ, Cecília Lotreto; MACHADO, Maria das Dores Campos. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. **Antropolítica**: revista contemporânea de Antropologia e ciência Política. Niterói, n.5, 2º semestre, 1998. pp. 21-44
  
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994, 80 pp.

- NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: A religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005, pp. 263-290.
  
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 31-42.
  
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Famílias e gerações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 01, pp. 91-105
  
- SAFFIOTI, Heleieth B. Gênero e Patriarcado. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 43-60.
  
- SALÉM, Sônia. Mulheres faveladas: Com a venda nos olhos. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher, nº1**. Rio de Janeiro Ed. Zahar, 1981. Pp. 51-97.
  
- SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: Um estudo Brasil/Inglaterra**. São Paulo: Cortes, 2005. Pp. 57-77.
  
- SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 107-121.
  
- VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol. Introdução: as mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.) **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Pp. 15-30.

de Moraes Siliprandi

# **Identidade Feminina e Religião**

**A partir de mulheres jovens  
do Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Campos Machado

Dezembro de 2006